



ATA N.º 06/XII-1º/2017-18

1 - Aos 8 dias do mês de fevereiro de dois mil e dezoito, pelas 21H15, nas instalações do Vitória Clube das Quintinhas, na Charneca de Caparica, realizou-se a primeira Reunião da Sessão Ordinária de fevereiro de 2018 da Assembleia Municipal com a seguinte agenda:

- 1 - Período de Intervenção dos Cidadãos
- 2 - Período de Antes da Ordem do Dia
- 3 - Período da Ordem do Dia
- 3.1 – Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre:
 - 3.1.1 - “Opções do Plano do Município para 2018”
 - 3.1.2 – “Orçamento do Município para 2018”
 - 3.1.3 – “Mapa de Pessoal do Município para 2018”
 - 3.1.4 – “Opções do Plano dos SMAS para 2018”
 - 3.1.5 – “Orçamento dos SMAS para 2018”
 - 3.1.6 – “Mapa de Pessoal dos SMAS para 2018”

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão, pelo 1º Secretário Paulo Viegas e pela 2ª Secretária Ana Paula Silva.

3 - Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3.1 – Responderam à chamada os seguintes Srs. Deputados Municipais:

José Joaquim Machado Courinha Leitão; Ana Margarida Machado da Silva Lourenço; Ivan da Costa Gonçalves; Manuel Domingos Rodrigues Batista; Ana Marques Serra e Moura Salvado; João Ricardo Lourenço Quintino; Paulo Filipe Pereira Viegas; Vanda Maria Barreiros de Lima e Silva; Vítor Manuel dos Santos Castanheira; Henrique Alexandre Margarido de Almeida; Ana Paula Alves da Silva; José Manuel Maia Nunes de Almeida; Bruno Ramos Dias; Elisabete Peres Pereira; Carlos Manuel Coelho Revés; José Alberto Azevedo Lourenço; Eva Sofia Borges de Araújo Gomes; João Eduardo Alves de Moura Gerales; Sónia Tchissole Pires da Silva; Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho; Daniel Pedro Sobral; Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque; António Francisco Salgueiro; Sílvia Maria Mendes de Sousa; Augusto António Brinquete Proença; Marina Alexandra Pereira Lopes; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; Inês Pizarat Correia Bom; José António Espírito Santo Rocha; Manuel Maria Braga de Marques Gomes; Sandra Branco Duarte de Jesus Moço; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Teresa



Paula de Sousa Coelho; Pedro Miguel de Amorim Matias; José Ricardo Dias Martins e Luís Filipe Almeida Palma.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 - Do Presidente procedendo ao anúncio das comunicações do Senhor Deputado Municipal Nuno Miguel Costa Gonçalves (CDU), solicitando a substituição por ausência no dia 8 de fevereiro

4.2 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomou posse: Mara Martins (CDU), que ocupa a vaga ocorrida por ausência do eleito Nuno Miguel Costa Gonçalves (CDU), estando impedido o primeiro candidato não eleito na respetiva lista, José Gabriel (CDU).

4.3 - O Sr. Presidente da União de Freguesias da Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas comunicou a impossibilidade de estar presente na reunião de 8 de fevereiro, sendo substituído pela eleita Ilda de Lurdes Oliveira Dâmaso Garrett.

4.4 - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.

4.5 – O Presidente informou o plenário que, por motivo de falecimento de um familiar, a Srª Vereadora Amélia Pardal não pode estar presente, sendo substituída pelo primeiro candidato não eleito Rui Jorge Martins.

4.6 - Relativamente aos Requerimentos dos Senhores Deputados Municipais dirigidos à Câmara Municipal, o Presidente informou que continua sem resposta o requerimento apresentado pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre a Iluminação no Terminal Rodoviário e Fluvial de Cacilhas, enviado para a Câmara Municipal a 30 de novembro passado.

No dia 30 de janeiro foram enviados para a Câmara Municipal três requerimentos submetidos pela Sr.ª Deputada Municipal Maria Luís Albuquerque, do PSD, sobre:

- Listagem do amianto em edifícios, instalações e equipamentos municipais;
- Inventário de bens do município de Almada;
- Cópias de todos os protocolos existentes e em vigor com todas as entidades públicas e privadas.

4.7 - O Presidente da Assembleia Municipal referiu ainda o seguinte:

“Srs. Deputados Municipais:

Referir que se verificou uma visita de uma delegação desta Assembleia Municipal ao Arsenal do Alfeite, no dia quinze de janeiro passado, tendo sido esta delegação recebida pelo Conselho de Administração desta Empresa Pública, e visitadas várias valências que a compõem.



Esta matéria é uma matéria que penso justificar o acompanhamento próximo pela Assembleia Municipal. Da visita eu retive a importância desta empresa pública para o Concelho e para o País, e a importância da sua inserção na esfera pública. Penso que se justifica os Deputados Municipais acompanharem o assunto como já referi, e atrever-me-ia a desafiar todos os grupos municipais, no sentido de convergirem para que possa ser elaborado um documento em que todos se revejam, para apoiar de facto a pretensão que a empresa tem, e os trabalhadores da empresa têm, de se afirmar no mercado da reparação naval, especificamente, na reparação naval de navios da Armada de Guerra Portuguesa.”

4.8 - O Presidente da Assembleia Municipal disse ainda:

“Srs. Deputados Municipais:

Dizer ainda que, a Senhora Presidente da Câmara enviou para conhecimento da Assembleia Municipal, uma comunicação da Autoridade Tributária, que foi distribuída, em que a Autoridade Tributária informa da dificuldade técnica que tem na implementação da isenção relativa à Derrama, que foi aprovada nesta Assembleia. É matéria que depois poderá ser tratada se acharem conveniente.”

4.9 – Referiu também a distribuição dos registos de expediente da Assembleia Municipal aos Sr.s Deputados Municipais.

4.10 – Finalmente o Presidente da Assembleia Municipal referiu que tinham sido atempadamente distribuídas as Atas n.ºs 4/XII-1.º/2017-18 e 5/XII-1.º/2017-18, para aprovação pela Assembleia Municipal. Colocadas à votação, foram aprovadas por unanimidade as atas n.ºs 4/XII-1.º/2017-18 e 5/XII-1.º/2017-18 e ratificadas as respetivas Minutas, nos termos do nº 3, do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 - Usaram da palavra os Sr.s Múncipes Alexandre Guerreiro, Ademar Mestre, João Rocha, Miguel Duarte, António Simões, Pedro Manuel Ribeiro Fernandes, António Martins Palma, Pedro Miguel Costa Cordeiro Basso, Victor Manuel Reis, António Faustino, Maria Cristina Santinho Barata, Maria Felismina Ferreira, Maria Doroteia C. P. Afonso Lopes e Daniel Silva. O Sr. Múncipe António Anastácio não fez a intervenção para que se tinha inscrito, mas deixou o texto em papel, que fica em arquivo na Assembleia Municipal.

5.1.1 – O Sr. Múncipe Alexandre Guerreiro:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Há cerca de cinco anos, estive aqui a reivindicar uma unidade de Julgado de Paz para Almada. Almada é dos raríssimos casos entre os Municípios Portugueses, pelo menos os que têm maior densidade populacional, que não têm Julgado de Paz. Nem sequer extensivamente através do Julgado de Paz do



Seixal. Ora, é importante recordar, que os Julgados de Paz são formas, são mecanismos extrajudiciais, que permitem que se tomem decisões com o mesmo valor de uma sentença judicial, para situações cíveis, inclusivamente também penais, para questões até aos 15.000.00 € (quinze mil euros). Isto facilitaria muito a vida a toda a gente, na sua vida particular, no seu dia-a-dia, e sobretudo também, por exemplo, para questões relacionadas com condomínios, onde os munícipes têm de recorrer aos Tribunais, com toda a onerosidade, e com toda a formalidade inerente a isso mesmo.

Seria por isso, importante, que cinco anos depois de eu ter estado aqui a reivindicar Julgado de Paz para Almada, e ter visto que nas Grandes Opções do Plano, mereceram apenas uma linha bastante abstrata e vazia, que finalmente Almada fizesse alguma coisa para poder ter Julgado de Paz.

Ter Julgado de Paz neste Concelho vai com certeza tornar o Concelho mais atrativo para as empresas, e também mais atrativo para os particulares e aproximar os particulares da justiça. Se Almada pode ter Julgado de Paz, Almada pode e Almada deve.”

5.1.2 – O Sr. Munícipe Ademar Mestre:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Exm.º Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Sr.º Presidente da Câmara Municipal de Almada, senhores Vereadores, Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Charneca de Caparica/Sobreda e demais eleitos, minhas senhoras e meus senhores. Queria colocar duas questões que têm a ver com lixo e monos. Primeira questão lixo. Quem vive ou trabalha na Freguesia da Charneca/Sobreda tem, forçosamente, de reconhecer a extraordinária mudança nas operações de limpeza da Freguesia, resultado da cooperação entre a Câmara e a Junta.

Presentemente, a salubridade é evidente em todo o Município, com principal relevância nos locais mais críticos. A persistência e rapidez na remoção dos detritos está a provocar na população uma tomada de consciência em colaborar, sentindo-se já alguma retração na colocação de lixos fora dos contentores e na via pública. Não tenho memória de em Almada se proceder à lavagem dos contentores.

Aqui está uma forma eficaz de combate à sujidade acumulada e que está a influenciar positivamente os seus utilizadores. É evidente que ainda falta muito para se atingir a qualidade desejada. Aproxima-se a época alta, onde a afluência de pessoas ao concelho aumenta consideravelmente, exercendo fortes pressões designadamente nas Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda.

Assim sendo, solicito o favor de nos informarem, sobre o que a Câmara se propõe fazer para dar sustentabilidade às operações de limpeza e se está planeada algum reforço para fazer face ao previsível aumento de detritos.

Segunda questão está relacionada com as AUGI. Um dos maiores problemas do concelho, em especial da nossa Freguesia, são as zonas não urbanizadas. Relembro que 43 anos depois do 25 de Abril, mais de vinte



e três por cento da população ainda não viu satisfeitas as suas necessidades básicas. Infraestruturas/saneamento básico, rede viária, etc..

Pretendia saber o que é que está planeado para estas zonas e para quando a resolução do problema que já se arrasta há mais de cinquenta anos.

Pretendia saber qual a postura da Câmara Municipal de Almada, perante esta situação.

É possível candidatar estes projetos a fundos comunitários (falta de saneamento)?

A Câmara está disponível para encabeçar juntamente com a AUGI a resolução do problema?

A Câmara está disponível para comparticipar as infraestruturas externas, porque no caso da Quinta do Guarda Mor, infraestruturas externas coletor geral de esgotos, requalificação da vala zona de REN, Viaduto Alto do Índio, redimensionar aqueduto da Sobreda, proteção do talude azinhaga da Sobreda, estas exigências imputadas unicamente à Quinta do Guarda Mor inviabilizam o projeto, uma vez que são obras estruturantes para a zona e não podem ser unicamente imputadas à Quinta do Guarda Mor.”

5.1.3 - O Sr. Município João Rocha

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Boa noite Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora Presidente do Município Senhoras e Senhores Vereadores e restantes eleitos, começo por lhes dizer que estou aqui nesta na qualidade de responsável de uma Área Urbana Génese Ilegal (AUGI), ou seja, o processo de Loteamento nº 442/85, da Quinta da Adega, já passaram 33 anos e só recentemente se começou a vislumbrar luz verde ao fundo túnel para a sua reconversão (aprovação do loteamento).

A quantidade de AUGI existentes neste concelho sem o processo de reconversão concluído, é preocupante, pelo facto de ocuparem 352 hectares de terreno e envolvem cerca de 40 mil habitantes. Ora em pleno século XXI, torna-se incompreensível que, mais de 23% da população deste concelho de Almada, ainda não possui, as condições mínimas de habitabilidade - vulgo saneamento básico e outras valências.

Pelo já exposto, poder-se-ia concluir que os eleitos cessantes, colocaram a resolução das AUGI, para 2º plano, desrespeitando assim, toda a legislação relacionada coma as Áreas Urbanas Génese Ilegal, passo a menciona-la: Lei nº 91/95, de 2 setembro, veio definir a reconversão das Áreas Urbanas Génese Ilegal, a qual, já sofreu a quinta alteração, sendo a última publicada pela Lei 70/2015, de 16 de julho, no seu Art.º 50º-A refere que a Assembleia Municipal, pode determinar sob proposta da Câmara Municipal que, as custas com a realização de obras de urbanização em processo de reconversão de AUGI sejam assumidas pelo município. Nestes casos, os Municípios podem utilizar as receitas afetas ao Fundo Municipal de Sustentabilidade Ambiental e Urbanístico. Se a minha memória não me falha, em meados de maio do ano transato, ocorreu uma reunião no edifício do Zagallo, na qual estiveram presentes a vereadora do urbanismo, senhora presidente da União de Juntas da Charneca da Caparica/Sobreda cessantes, respetiva



equipa técnica dos serviços urbanísticos, signatário, bem como outros responsáveis de AUGI, sediadas nestas freguesias, esta serviu apenas para anunciar o seguinte: que o Município de Almada, tinha disponibilizado verbas, para a recuperação de prédios devolutos neste concelho; mas que, em relação às AUGI, não lhe havia sido atribuído qualquer verba, poderia eventualmente, serem cedidos fundos comunitários em 2019/2020, mais uma vez as AUGI ficaram esquecidas, no entender dos eleitos cessantes. Tal atitude, não poderia ser outra desta Autarquia, para continuar na liderança de Áreas Urbanas Géneses Ilegal sem o processo de reconversão concluído, em todo o distrito de Setúbal.

Quero também referir que, após a citada reunião, a Senhora Vereadora do urbanismo, de então, desdobrou-se em entrevistas sobre as AUGI, existentes neste concelho, à Agência Lusa, ao Diário de Notícias e outros meios de comunicação social, esclarecendo que 60% das AUGI sediadas nesta união de juntas Charneca/Sobreda já tinham o processo de reconversão concluído. Tal versão não é credível, porque todos nós sabemos a realidade atual dos processos das AUGI, provavelmente esta reunião só ocorreu devido à proximidade das eleições autárquicas para depois destas, continuar o rumo já traçado há 41 anos, para AUGI, mas este foi invertido, pela vontade do povo deste concelho.

Quero também referir, que seria absurdo estar a exigir aos recentes eleitos que durante o seu mandato resolvessem todos os problemas relacionadas com as AUGI existentes nesta união de Juntas, coisa que um outro partido político que esteve à frente dos destinos deste concelho quase meio século, foi passar a resolução das AUGI para um plano secundário. Contudo, urge avançar, por parte do Município, com o saneamento base nas AUGI, desde que o seu processo de reconversão obedeça aos seguintes formalismos: ao PDM do Município, divisão do local, esteja aprovada por todos os seus coproprietários dos avos, bem como ainda parecer de outras entidades quando envolventes, vulgo Ministério do Ambiente e Instituto da Conservação e Natureza.

Não podia terminar esta missiva, sem elogiar a Senhora Presidente Inês Medeiros, bem como a Senhora Vereadora do ambiente Teodolinda Silveira e o senhor Presidente da união de Juntas da Charneca da Caparica/Sobreda, Pedro Matias pelo seu empenhamento demonstrado na recolha de resíduos sólidos (lixo monos etc.), em todos os locais deste concelho, sendo esta atitude dos eleitos atrás referidos, muito importante para a saúde pública dos moradores, transeuntes, adolescentes e visitantes deste concelho. Atualmente já se constata a inexistência de lixo, monos etc. nas imediações dos recipientes do lixo, coisa que não acontecia no passado recente.

Em tempo, não poderia deixar de mencionar o nome de 2 pessoas que, tiveram bastante influência, para que o processo de Loteamento supramencionado não estagnasse por completo, foi a Senhora Doutora Ana Lousa e o Senhor Arquiteto António Guerra. A Comissão Administrativa Conjunta, da Quinta da Adega, agradece a ambos, o seu profissionalismo, originando assim que, este tomasse um novo rumo, para a sua conclusão final. Tenho dito.”



5.1.4 - O Sr. Município Miguel Duarte

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e Senhores Deputados Municipais um cumprimento especial para si e dizer-lhe que é com muito gosto que vejo a Assembleia Municipal, Órgão a que pertenci, como sabe, durante cinco mandatos, reunir na União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda. Senhora Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, um cumprimento especial, igualmente para V. Exa. e manifestar, também, o gosto pela sua presença aqui nesta União de Freguesias, onde começou a cruzada que haveria de culminar com a vitória que todos aplaudimos no final do passado dia 1 de outubro. Isto porque, Senhora Presidente, era notória e só não viu quem não quis ou não teve a lucidez para ver, a insatisfação da população desta União de Freguesias porque há muito que esperam o mesmo tratamento que os outros municípios, nomeadamente, aqueles que residem na cidade.

Nestes últimos quatro anos, Senhora Presidente, se antes já tinha sido mau, nestes últimos quatro foi muito pior e as coisas atingiram o limite, limite que não foi compreendido, pelo contrário, secundarizado e as consequências dessa postura de quem pensa ter certezas, foi o fenómeno sísmológico que ocorreu e que trouxe para este concelho um novo ciclo político de que V. Exa. é a figura determinante, a figura da esperança que, como dizia Aristóteles é o sonho do homem acordado.

O grande problema desta União de Freguesias é o espaço público com uma ausência notória de qualidade, as ervas nos passeios, o desordenamento, por exemplo das barreiras arquitetónicas em que cada um fez como melhor entendeu fazer na mesma rua há pilaretes, há tubos uns para cima outros para baixo, as árvores que secaram e não foram substituídas, as árvores que não foram plantadas, as árvores que não foram podadas, os espaços verdes que foram abandonados e o lixo uma verdadeira praga desta zona do nosso concelho que foi um “companheiro” quotidiano ao longo do anterior mandato e muito mais haveria a dizer mas parece-me mais que suficiente para que se compreenda a frustração de uma comunidade que aqui reside, que paga, tal como os outros, os seus impostos e gosta que na sua terra natal ou adotiva, a qualidade de viver seja um desígnio e não promessas, promessas e mais promessas de que a Estrada Nacional 377 é uma delas.

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados Municipais. A diferença entre as pessoas que têm iniciativa e as que não têm, é a diferença entre o dia e a noite. Disse-o Stephen Covey um famoso escritor americano falecido em 2012. Esta célebre frase aplica-se exatamente nestes 100 dias de mandato sendo notória a diferença numa já significativa intervenção no espaço público, havendo aqui uma intervenção muito ativa da Junta de Freguesia e um empenho digno da nossa admiração do Executivo que aqui saúdo na pessoa do seu Presidente que já demonstrou que não veio apenas para ficar, mas, também, para estar, estar atento, muito operacional, sobretudo empenhado e dedicadamente disponível.



O que é mais encantador, neste novo tempo com uma viragem de 180º é que estas substanciais melhorias foram conseguidas com os mesmos meios materiais e humanos o que é revelador do rigor da gestão e na sua otimização com os benefícios incontestáveis para a população.

Senhor Presidente

Minhas Senhoras e meus Senhores

Senhora Presidente da Câmara há neste momento uma grande expectativa sobre a atual Presidente da Câmara que é uma heroína nacional, pois, há dias, numa reunião no Porto em que participei no âmbito da atividade seguradora, vários colegas, conhecedores da minha ligação autárquica durante quase quatro décadas, me perguntaram então a sua Presidente vai safar-se? Ela tem ali um osso difícil de roer. A minha resposta muito convicta é que ela vai safar-se, claro e muito melhor do que as pessoas possam pensar e o osso depois de roído faseadamente e vai ser reduzido a pó.

Neste concelho, a história é feita por mulheres. Uma primeira mulher à frente da Autarquia durante vários mandatos que aproveito para cumprimentar no seu exílio e que deixo aqui uma sugestão que seria objeto de uma merecida homenagem no próximo dia 24 de junho, dia do Concelho, e de uma outra mulher que reforçará e ampliará a história autárquica do nosso concelho.

Uma mulher que os Almadenses tiveram A SORTE de ser eleita Presidente da Câmara e tiveram um outro privilégio de se chamar Inês, nome de origem hebraica em que as pessoas com este nome têm muitos pontos positivos desde a alegria a simpatia, o idealismo, e com um pensamento sempre voltado para as mudanças até ao lado diplomático, paciente e cooperador e companheiro.

É nesta Inês, na nossa Inês como há dias me perguntava alguém se a tinha visto que todos depositamos uma interminável esperança na certeza de que não lhe faltara empenho dedicação e amor porque sem amor nada se faz para abraçar esta atividade apaixonante com alguns percursos menos bons mas com outros enriquecedores que tocam o nosso coração e nos marcam para sempre. Com o apoio de muita gente anónima e ativa a nossa Inês conseguirá a partir de pequenas vitórias essa grande conquista que é colocar sempre primeiro este concelho no seio da Área Metropolitana para deixar de ser apenas a outra banda.”

5.1.5 - O Sr. Município António Simões

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A minha intervenção vai ser sucinta e apenas com perguntas.

Começo apenas por dizer-vos também que, já aqui foi sublinhado, que tenho notado, (eu moro na Aroeira) nestes meses de mandato dos novos autarcas que têm a limpeza, na Aroeira está de facto diferente, felizmente. Esperemos que assim continue. Realmente, durante anos e anos, foi uma desgraça completa. Agora, queria então como disse, fazer quatro perguntas, que penso que será da responsabilidade da Câmara Municipal, se assim for o caso, de poderem responder.



Tem-se falado muito na limpeza dos lotes, nós na Aroeira, continuamos a ter ao lado de muitas casas construídas e habitadas, lotes com silvas, com montes de lixo, por tudo quanto é sítio. Dizem que agora, até dia quinze, eu gostaria de saber se isso é mesmo assim, e se as informações têm seguido, se as intimações melhor dizendo, têm seguido para os proprietários. Em alguns casos não tenho conhecimento disso. Esta era uma pergunta.

A outra, é uma coisa que nos preocupa há muitos anos, que é, essencialmente durante o verão, ligação que temos por exemplo à zona de praias, e à zona da Fonte da Telha. Não temos um espaço para irmos a pé, não temos ciclovias, os carros é como nós sabemos, são uns atrás de outros, e eu gostaria de saber o que é que a Câmara pensa, já que vão aprovar o Plano para este ano, se pensa que durante este ano se fará alguma coisa nesse sentido ou não. Gostaria dessa resposta.

Outra questão, que também gostaria que me respondessem se possível, é que temos andado há uns anos a falar na reconversão completa da Fonte da Telha, e continuo sem respostas, fala-se, vai-se a reuniões, diz-se que é desta vez, mas nada tem sido feito. Gostaria que me respondessem, se está alguma coisa previsto ou não.

Gostaria também que me respondessem, se de facto estão a pensar na sobrecarga aquela que já temos, é imensa, na sobrecarga de trânsito, que se o aeroporto vier para o Montijo, aqui vamos ter? Nós já temos aqui numa situação complicada, espero que a Câmara já esteja a pensar nisso, e é essa a pergunta que eu também deixava.”

5.1.6 - O Sr. Município Pedro Manuel Ribeiro Fernandes

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Boa noite a todos

Antes de mais cumprimento a Mesa, o Executivo, os Eleitos de cada força partidária, assim como, a População aqui presente e os que estão a assistir pela internet. A minha declaração será curta e direta. Exaustivamente prometida e logo esquecida, a reabilitação da Estrada Nacional referenciada por "377", que constitui o eixo principal da Charneca de Caparica, apresenta-se hoje, como decerto se aperceberam para chegar até aqui, num estado verdadeiramente deplorável.

A Edilidade tem, sistematicamente e ao longo dos anos, abusado da paciência dos Charnequense, desvalorizando os inúmeros apelos para que trate da "377" de forma definitiva.

Hoje, como todos sentimos, este fundamental eixo viário encontra-se de tal forma degradado que constitui sério perigo não só para a circulação automóvel como também, e mais importante, para as pessoas que se deslocam a pé.

Excelentíssima Senhora Presidente,



Considerando que estamos fartos de promessas vãs e que está à vista de todos a premência de se resolver esta delicada situação, permita-me que formule uma pergunta muito clara e objetiva, e que solicite uma resposta de compromisso igualmente muito clara e objetiva: - Para quando a reabilitação da 377?

Muito obrigado.”

5.1.7 - O Sr. Município António Martins Palma

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Boa noite a todos.

Saúdo o Senhor Presidente da Assembleia.

Saúdo todos os eleitos e faço uma saudação especial à Presidente Inês Medeiros. Saúdo igualmente os não eleitos, esperando que o Exercício da Democracia Participativa seja respeitado por todos.

De certeza que os eleitos querem fazer o seu melhor e os cidadãos devem participar no Poder Local Democrático para reforço desta grande conquista de Portugal de Abril.

A minha intervenção é sobre os transportes públicos.

Considerando:

1. O transporte público de passageiros vai ter a curto prazo novas regras, impostas pelo regulamento CE 1370/2007.
2. Já se encontra publicado o regime jurídico do transporte público de passageiros, o qual se vai aplicar aos módulos, rodoviário, ferroviário e fluvial.
3. Sei que este regime se encontra num período transitório de 10 anos, cuja conclusão da concorrência regulada será a 03-12-2019.

Assim, pergunto que medidas pretendem tomar ou já foram tomadas pelo executivo em relação a este novo regime.”

5.1.8 - O Sr. Município Pedro Miguel Costa Cordeiro Basso

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Excelentíssima Senhora Presidente, em meados de 2017, respondendo a uma solicitação da Junta de Freguesia da Charneca de Caparica e Sobreda, o Gabinete do Senhor Presidente da Edilidade ao momento, informava que e passo a citar, em síntese, a situação de alguma degradação da chaminé da Quinta do Bom Retiro, encontra-se perfeitamente identificada pelos serviços municipais, concluiu procedimento administrativo relativo à contratação da empreitada da recuperação da referida chaminé, tendo cabimento, a verba de 18.459.00 € (dezoito mil quatrocentos e cinquenta nove mil). O procedimento para a concretização do projeto para a recuperação da chaminé em referência decorrerá no corrente mês de junho. No entanto, estamos em fevereiro de 2018, posso até acreditar que o procedimento para a concretização do projeto seja de tal modo complexo, que nesta data ainda não tenha sido concretizado. Contudo, Senhora Presidente, as obras da recuperação da chaminé da Quinta do Bom Retiro,



definitivamente olvidadas pela Edilidade cessante, constituíram uma clara promessa eleitoral do Partido Socialista. Daí que solicito o favor de uma resposta definitiva à seguinte questão:

Quando será então iniciada esta intervenção, comprovando junto dos munícipes, que promessas são para cumprir.”

5.1.9 - O Sr. Munícipe Victor Manuel Reis

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Passo a formular praticamente só as questões que tinha a pôr sem qualquer considerando, visto que realmente o tempo não dá para isso, e quero cumprir os dois minutos e alguns segundos, que me estão atribuídos.

A primeira questão que gostava de apresentar é a seguinte:

Qual a posição do novo Executivo Camarário, quanto à reversão da situação da divisão administrativa das Freguesias, isto é, se pretendem defender a separação da Freguesia da Charneca de Caparica e Sobreda, nas duas Freguesias como originalmente, e era vontade da população, e sempre foi, acontecia.

A segunda questão que gostava de apresentar, e diz respeito ainda ao território, é se na divisão administrativa da Freguesia da Charneca de Caparica, foram contrariando as regras normais, que é a utilização de vias naturais, foram criados dois enclaves, que pertencem atualmente à Freguesia da Costa da Caparica. A Courela do Pinhal, e o Fóni. Julgo que é uma incorreção muito antiga, gostaria de saber se conhecem primeiro, e depois se pretendem rever essa situação?

Uma terceira questão que eu gostava de pôr, e sem querer obviamente molestar o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, é a seguinte:

A Fonte da Telha é historicamente dependente da Charneca de Caparica, quer em termos de escolaridade, quer fundamentalmente em termos familiares, os casamentos historicamente eram verificados, entre habitantes da Fonte da Telha e da Charneca, a vivência era direta com a Charneca de Caparica, e não com a Costa da Caparica, aliás, nos anos quarenta, era praticamente impossível circular sem problemas sérios de saúde entre a Fonte da Telha e a Costa da Caparica.

A questão que eu apresento é se põem a hipótese de um dia com as populações e com as respetivas Freguesias, reanalisar essa situação, e corrigir um erro, que considero um erro histórico.

Está na previsão do Executivo da Câmara Municipal de Almada, instaurar o Serviço de Freguesia de Proteção Civil, que desde a origem do Serviço Nacional de Proteção Civil? É uma hipótese que existe, e que com os acontecimentos de junho e outubro deste ano, se verificou que em muitas Regiões isso faria falta.

E finalmente, no território de Charneca de Caparica, existe uma importante mancha verde, um autêntico pulmão da Península de Setúbal. Está previsto estabelecer algum protocolo com o Instituto da



Conservação da Natureza no sentido de realmente reverter erros graves que foram cometidos no anterior Governo?”

5.1.10 - O Sr. Múncipe António Faustino

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Para uma pergunta dirigida à Senhora Presidente da Câmara Municipal de Almada, eu venho intervir na qualidade de eleito da CDU na Assembleia de Freguesia.

A propósito de uma publicação recente, colocada no sítio da internet da Câmara Municipal de Almada, sobre uma reunião realizada entre a Senhora Presidente de Câmara, e a REN, no passado dia vinte e um de dezembro de 2017, sobre o projeto de linha de muito alta tensão, entre a Trafaria/Almada e Fernão Ferro,/Seixal, cujo traçado atravessa uma parte considerável do território da nossa Freguesia, foi a Senhora Presidente de Câmara na altura questionada pelo Vereador da CDU, José Gonçalves, em reunião pública de Câmara, para que prestasse os devidos esclarecimentos sobre o assunto, e em particular sobre o termo “impasse” referido na publicação.

Para nosso espanto e total estupefação, na resposta dada, refere a Senhora Presidente da Câmara Municipal que teria negociado com a REN a alteração do traçado, tendo referido que o mesmo seria deslocado do local que foi acordado anteriormente, e enterrado ao longo da A33, para a Estrada Nacional 377-1.

Face ao exposto questionamos:

1 – Confirma a negociação com a REN, para a deslocação da Linha de muito alta tensão, para a Estrada nacional 377-1? Caso se confirme, manifestamos desde já a nossa total e forte oposição a uma medida que é contra a vontade das populações, e na qual não foram ouvidas, nem tidos em conta, todos os pareceres das entidades e particulares, que ao longo dos anos se têm manifestado sobre o assunto.

Caso se confirme, encetaremos de imediato todas as formas de luta ao nosso alcance, junto das mais diversas entidades, de modo a travar tão danosa medida prevista, para as populações das nossas Freguesias.”

5.1.11 – A Sr.ª Múncipe Maria Cristina Santinho Barata

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Senhor Presidente, eu estou aqui, em meu nome, e em nome de todos os moradores que moram numa zona da Aroeira, que pagaram na década de 80 todos os encargos à Câmara, no sentido de ela proceder à construção dos arruamentos, passeios e das respetivas sarjetas nas diferentes ruas, e acontece que até à data as ruas continuam por arranjar, os passeios não existem. Quando há cheias alaga as ruas, as sarjetas também não existem, a água acumula-se, e o que é certo é que, para termos as nossas casas legalizadas, porque são tempo inteiro, eu não fiz a minha casa clandestina, foi entregue o projeto à Câmara que foi aprovado, é o processo número setecentos e trinta e oito de oitenta e um, paguei todas as minhas



contribuições exigidas, à Câmara, e até à data ainda não vi o mínimo de construção para satisfazer esses compromissos. Gostava que a Câmara me informasse, se é possível, e quando, e como vai resolver esse assunto. Porque nós pagamos com grande sacrificio, as importâncias que a Câmara nos exigiu, e até à data não temos qualquer condição para poder sentir que as nossas ruas estão tratadas.

Outra coisa que eu queria perguntar ao Senhor Presidente da Junta, se é possível informar, como é que é possível numa área conhecida por toda a gente, que é a praça Alexandre Manuel Fevereiro, onde existem três cafés, dois supermercados, uma farmácia, um parque infantil, um parque de estacionamento, existem vinte seis ecopontos, oito caixotes verdes, uma máquina para introduzir roupa, e uma colheita de óleos. Num raio, se nós considerarmos o centro da Praça, num raio de cinquenta metros existe isto. Não é bom para o turismo, acho que para cada ponto de recolha de lixo, cada ponto para um ecoponto, passa a ser um sítio onde o lixo é abandonado livremente. Não se justifica que num sítio daqueles, onde existem crianças que vão brincar, uma concentração de lixo tão grande.”

5.1.12 - A Sr.ª Munícipe Maria Felismina Ferreira

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Orçamento do Município 2018 - Herdade da Aroeira

Exmo. Senhor Presidente

A APRHA tem aguardado expectante o agendamento da reunião com a Exma. Sra. Presidente da CMA, na sequência de diversas solicitações já apresentadas, quer nesta Assembleia em novembro passado, quer por carta endereçada A Exma. Sra. Presidente em 20 de janeiro p.p., quer ainda por email dirigido ao Gabinete da Presidência.

Compreendemos os constrangimentos de um início de mandato, mas isso não invalida que o tempo continue a decorrer, sem tréguas.

Acontece precisamente que os principais problemas da Herdade da Aroeira, apesar de indiscutivelmente evidentes, carecem da vontade política da CMA para os resolver, mas não só, carecem também de verbas disponíveis no Orçamento do Município que permitam a execução dessa vontade politica.

Até ao momento desconhecemos totalmente qual o plano da Autarquia para a Herdade da Aroeira. Desconhecemos se existem fases de intervenção previstas e qual o seu planeamento. Desconhecemos se estão já asseguradas verbas no orçamento de 2018 e quais são as prioridades a que se destinam. Em suma, receamos que o rigor implacável do calendário faça cumprir agora as datas de aprovação de um Orçamento do Município no qual, por falta de tempo de análise prévia, estejam mais uma vez omissas as responsabilidades da CMA para com os munícipes, proprietários e residentes na Herdade da Aroeira. Temos, por isso, uma importante questão a colocar no dia de hoje:

Qual a verba prevista no Orçamento do Município de 2018 destinada à Herdade da Aroeira?



Lamentamos ter de recordar factos do passado, mas da última vez que tivemos a promessa de resolução do problema dos arruamentos em terra batida, totalmente esburacados, dentro da Herdade da Aroeira, foi em janeiro de 2014, com uma intervenção prevista em 4 fases. Esse compromisso da CMA, embora anunciado aos proprietários e residentes, nunca chegou a arrancar durante os 4 anos de mandato, entre 2014 e 2017.

A APRHA entende que uma parte da sua missão passa pela intermediação entre os proprietários e residentes da Herdade da Aroeira e a Autarquia. Para cumprir esse objetivo é essencial que nos seja concedido o acesso ao diálogo e, nesse sentido, reiteramos o nosso pedido de reunião com a Exma. Sra. Presidente da CMA.”

5.1.13 - A Sr.ª Múncipe Maria Doroteia C. P. Afonso Lopes

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O que me traz aqui é o problema que os moradores da rua Elisa Pedroso, mais precisamente o Bloco 18, salvo erro, é um bloco de habitação paralelo ao Aquafitness. Ora, o Aquafitness tem problemas de isolamento acústico, já há muitos anos que nós nos debatemos com isto, fizemos inclusivamente um abaixo-assinado, foi entregue à Câmara, interveio e baixaram o som durante uns tempos. Acontece que passado um tempo voltaram à carga. Eu tenho feito várias intervenções junto dos responsáveis, tenho pedido encarecidamente que baixem o som, porque a atividade começa às sete da manhã, e há uma aula de grupo que é powerbic, e aquilo é com batida ritmada e a sala não tem isolamento acústico suficiente, para não falar das outras salas, mas quando são animadas, a música não é tão estridente.

Há outro assunto relativamente ao estacionamento selvático, da parte dos utentes do mesmo Aquafitness. Os moradores daquele Bloco habitacional, quando precisam de sair das suas garagens, deparam-se muitas das vezes, impedidos de o fazer, porque o estacionamento é feito de uma maneira que impede a saída dos respetivos carros. A rua é relativamente estreita, estacionam na esquina do prédio, e aquilo torna-se impossível, temos muitas das vezes de pedir intervenção junto do Aquafitness, para anunciar a matrícula do proprietário para vir tirar o carro, e queríamos que pusessem sinalética ou uns pinos ou qualquer coisa do género, de modo a que se evitasse isso.”

5.1.14 - O Sr. Múncipe Daniel Silva

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Venho hoje aqui falar-vos num assunto que é de grande importância para os jovens e para o movimento associativo jovem, refiro-me ao Conselho Municipal da Juventude.

Atualmente, temos em vigor, ou tínhamos em vigor, o Fórum Municipal da Juventude, um Fórum que não respeita a Lei, e é de democraticidade duvidosa. Pois não existe uma distribuição equitativa pelas associações, ou seja, na noite daquelas votações existem associações com maior peso do que outras votações. Basicamente a associação que conseguir levar mais pessoas nessa noite terá mais votos do que



as outras associações. Isto parece-me, e parece-nos, uma tremenda injustiça. E tende a não representar legitimamente a vontade geral do Movimento Associativo Jovem. Para além disso, atualmente na Mesa que coordena os trabalhos do Fórum não existe representação de jovens associados. E o Conselho Municipal da Juventude, sendo o órgão consultivo e representativo da juventude do Concelho de Almada, visa colaborar na definição e execução de políticas municipais de juventude, e promover colaboração entre as associações juvenis, no seu âmbito de atuação.

Sendo implementado segunda a Lei, colmataria estes problemas, e o papel interventivo dos jovens, seria mais eficaz. Facto que o anterior Executivo CDU negou durante cerca de oito anos. Esta é uma medida que consta do programa político do Partido Socialista levado a sufrágio no passado dia um de outubro de dois mil e dezassete e foi integrado nas Grandes Opções do Plano, apresentadas na última reunião de Câmara.

Assim, saudamos a Câmara Municipal de Almada pela opção, e pela coragem demonstrada, e uma vez que esta é uma política há muito defendida e reivindicada pela Juventude Socialista de Almada, vemos com esperança este novo ciclo autárquico, com esperança de que é possível melhorar o Concelho de Almada ouvindo os jovens, porque os jovens são presente, mas sobretudo os jovens são o futuro deste Concelho, e ouvir a juventude, é sempre bom, para se conseguir construir um Concelho melhor, mais inovador, e mais justo.”

5.2 - Em resposta aos Senhores Municípes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra a Sra. Presidente da Câmara Municipal e o Sr. Presidente da União de Freguesias Charneca e Sobreda.

5.2.1 – A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Cumprimento-vos a todos nesta Sessão Extraordinária que é uma Sessão especial, porque é também o início do debate, e depois espero da votação com aprovação do Orçamento Municipal 2018, e das Grandes Opções do Plano.

De facto, como disse o Senhor Presidente, eu não tenho muito tempo, tenho que ser contida no tempo, e quando começo a falar, às vezes distraio-me um bocadinho no tempo e vou por aí fora, portanto, tentarei ser contida.

De uma forma genérica, a todos os que nos dirigiram palavras muito simpáticas, agradeço, e sobretudo, deixem-me que vos diga, que é um grande estímulo sentir que o esforço que temos feito nestes três meses de mandato, parece que já é muito, mas são apenas três meses e pouco de mandato, é bom ver que já há sinais do esforço que temos feito, nomeadamente, na área da limpeza. Até acho que esta prenda devia ser aqui mais dedicada à Senhora Vereadora Teodolinda Silveira, que tem sido incansável nesta matéria, e aqui também na Charneca. Um cumprimento também especial ao Senhor Presidente da Junta da Charneca e da Sobreda, que de facto têm sido incansáveis nesta questão.



Os outros Presidentes de Junta que não se ofendam, mas também estamos na sua casa, vamos dizer assim. Muito rapidamente, relativamente à limpeza, quero dizer que é de facto uma das nossas grandes prioridades, dissemo-lo desde o início. Temos feito um grande esforço, é bom já ver efeitos, mas é evidente que estamos a fazer com aquilo que ainda está, com os meios que temos, com a organização que temos, e a nossa intenção, é não só continuar, mas até redobrar de eficácia, reorganizando inclusivamente, investindo em material, para que Almada passe a ser conhecida pela sua limpeza, que era demasiadas vezes pelos munícipes referenciada pelo seu contrário.

Quero também rapidamente dizer, que relativamente à primeira questão colocada, o Julgado de Paz, de facto, sabemos que havia esse pedido, de facto não há Julgado de Paz em Almada, há um Julgado de Paz no Seixal. Portanto, nós temos duas hipóteses, e estão as duas abertas. Criar, reclamar para Almada um Julgado de Paz ou então propor à Câmara Municipal do Seixal como se faz noutras regiões, a possibilidade de um Julgado de Paz interconcelhio. Estas duas hipóteses estão em aberto, é um início de reflexão, como disse, não tivemos tempo, com toda a frontalidade lhe digo, é a primeiríssima abordagem, estar-lhe a dizer que já temos certezas sobre essa matéria, seria faltar à verdade, não temos. Portanto, são as duas pistas neste momento que podemos encarar, é só para dizer que sim, já pensamos nesse assunto.

Eu tenho que dizer à Senhora Felismina Ferreira, da APRHA da Aroeira, que confirmo que me comprometi e que o compromisso com a questão da Aroeira mantém-se, e que a resolução, nomeadamente, com a entidade de gestão da Aroeira mantém-se. Que é verdade que me pediram uma audiência, ainda não consegui responder a todas as audiências pedidas, não está de todo esquecido, tencionamos obviamente cumprir num breve prazo de tempo, já pedimos as informações necessárias, e também sabe certamente do que eu falo relativamente à empresa que neste momento detém a gestão. Estamos a recolher as informações, e espero que muito em breve, na nossa conversa, possamos já ter todos os elementos necessários para que possamos ir em frente.

Quero, no entanto, também, já esclarecer, que já está prevista para arrancar toda a recuperação da rua Amadeu Sousa Cardoso, e a entrada principal da Aroeira. As obras e a reabilitação vão iniciar.

Quero também lembrar, aos meus caros munícipes, que hoje é uma reunião para aprovação do orçamento, portanto, há muitas das coisas que não podiam sequer ser adiantadas, nem cabimentadas, sem a aprovação deste orçamento, porque ainda estamos em regime de duodécimos. Portanto, todas as novas questões têm que ser aqui também avaliadas. Mas já está tudo a andar.

Quero também falar relativamente à preocupação do traçado da 377, quero confirmar que estamos em conversações com a REN. Tal como eu tinha dito em reunião de Câmara, não iria jamais desdizer em Assembleia Municipal. Estamos de facto, em conversações com a REN, por causa do enterramento das linhas, por uma razão muito simples. É que o famoso traçado, que o anterior Executivo dizia estar fixado, nunca foi aceite pela REN. Não foi. Portanto, a Câmara tinha vontade de um traçado, a REN não



concordava com o mesmo. E, portanto, o impasse era esse mesmo. É que a REN não concordava com o traçado que a então Câmara Municipal queria. Portanto, estamos em conversações com a REN, para um novo traçado, que sim, vai abranger a 377. Esse traçado, quando houver uma proposta definida, será, como é natural, e foi esse também o nosso compromisso, apresentado em Sede de Poder Local Democrático, ou seja, em reunião de Câmara, e se for necessário, até trazemos aqui à Assembleia Municipal. E é aqui, e é nestas instâncias democráticas que se avalia a vontade das populações. Portanto, nós não temos de todo a convicção de saber antecipadamente sobre esta matéria, que é um novo traçado, qual é a opinião das populações. Portanto, não temos essa pretensão, não declaramos que sabemos o que é que o povo quer sem ouvir o povo. Portanto, cada um tem a frontal oposição antecipadamente que entende. No nosso caso, acreditamos na transparência, na participação das pessoas, na comunicação, e sobretudo, acreditamos muito na democracia representativa. E é essa que está aqui expressa hoje, em Assembleia Municipal. Portanto, mais uma vez, o povo está expresso nesta sala, esta constituição, isto sim, é vontade, e é a expressão das populações.

Depois, quero também dizer, efetivamente, a questão das AUGI é uma prioridade, tem havido já boas notícias, o núcleo 26 foi rececionado, estamos também aqui a fazer um grande esforço para ser o mais célere possível na resolução destas matérias. Essa também é uma questão importante.

Relativamente à Chaminé da Quinta do Bom Retiro. Quero esclarecer, que está a decorrer o procedimento de consulta prévia para adjudicação da obra. E, estamos neste momento a aguardar as propostas dos concorrentes. Eu quero dizer que só em janeiro, é que se concluíram as propostas e os projetos para a Chaminé. E, portanto, não sei quais tinham sido os compromissos anteriores, ou as declarações anteriores, posso dizer aquilo que nós, desde do início fomos alertados para a questão da Chaminé, ainda agora verificamos com os serviços essa questão. Posso-lhe dizer, aliás, que foi a quinze de janeiro. Entretanto, estão neste momento em consulta prévia para a adjudicação da obra, e seguem-se as audiências prévias, e outras fases do procedimento, até à assinatura do contrato, caso não haja impugnações, prevê-se o início da obra no final de março. Portanto, essa é expectativa.

Quero dizer, entretanto, que já tinham sido postas, e aí pelo anterior Executivo, umas baias de proteção. E ainda agora a Proteção Civil, voltou a ir lá pôr baias de proteção. Portanto deixem que deixe aqui um apelo. Há questões de segurança, e peço à população que não retirem as baias de proteção, elas estão lá postas por um motivo muito claro, é que pode haver risco de caírem pedaços da Chaminé. Estamos, mais uma vez, a tentar fazer o procedimento o mais rapidamente possível, mas há prazos que não são compressíveis, e, portanto, deixo aqui em Assembleia Municipal, este apelo, que a população, ou porque quer estacionar o carro, normalmente é porque quer estacionar o carro, não retirem as baias de proteção que garantem o perímetro de segurança.”



5.2.2 – O Sr. Deputado Municipal Pedro Matias, Presidente da União das Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Muito rapidamente, dizer só que veio aqui uma munícipe falar sobre o elevado número de ecopontos na praça Manuel FEVEREIRO. Efetivamente, isso já foi detetado, nós já contactamos a AMARSUL, vão ser retirados do sítio onde estão, e, vão ser transpostos para outro sítio. E há três que lá estão que vão desaparecer. Portanto, o espaço vai ficar muito mais limpo junto ao jardim, junto à farmácia, junto às esplanadas, esses ecopontos vão sair desse sítio, vão para um outro sítio onde não tem nada, portanto, ficarão lá muito bem, e o espaço público, os passeios, normalmente não para pôr ecopontos, é para as pessoas andarem.

Só uma outra questão que eu acho que é importante, só dizer à Senhora Presidente, que, o Presidente da Junta de Charneca de Caparica e Sobreda tem toda a confiança na sua negociação com a REN, e acho que deve prosseguir.

E para terminar, relativamente à Chaminé da Quinta do Bom Retiro, o anterior Executivo da Junta de Freguesia e a Câmara Municipal chegaram a emitir um comunicado a dizer que o valor estava cabimentado, eram dezoito mil e tal euros, e que iam arrancar em junho as obras da Chaminé. Estamos em fevereiro de 2018, não havia cabimentação, nem arrancou de obra nenhuma.”

6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

6.1 – A iniciar o período foram apresentados Votos de Pesar pelo falecimento de Luís Marquês (Anexo 1), Edmundo Pedro Anexo 2), Alexandre Castanheira (Anexo 3), Marinheiro Bruno (Anexo 4), apresentados respetivamente pelos Srs. Deputados Municipais Vítor Castanheira (PS), João Quintino (PS), Luís Palma (CDU) e Carlos Revés (CDU).

6.1.1 – O Sr. Deputado Municipal Vítor Castanheira (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A Assembleia Municipal de Almada manifesta o seu mais profundo pesar pelo falecimento do ilustre médico almadense Dr. Luís Ferreira Marquês.

Nascido em 18 de dezembro de 1945, em Algarão, freguesia de Benedita, concelho de Alcobaça, concluiu a sua instrução primária na Escola da Ribafria, tendo cumprido o serviço militar, nomeadamente, na Guiné Bissau entre 1970 a 1972. Casado desde 1973 com Maria de Lurdes Serrazina, tem duas filhas e quatro netos.

Em 1975 e com grande brilhantismo, licenciou-se em Medicina na Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, tendo feito o seu Internato Geral no Hospital Distrital de Beja entre 1975 e 1977 e serviço médico à periferia em Cuba, Alentejo.



Vem residir para o concelho de Almada em 1979, onde se iniciou como médico de clínica geral realizando em simultâneo o ciclo de estudos especiais e concluindo a pós-Graduação em Saúde Pública, Saúde Ocupacional e Epidemiologia pela Escola Nacional de Saúde Pública, tendo passado a exercer a especialidade de Saúde Pública.

No Centro de Saúde de Almada começa por ser Subdelegado de Saúde e posteriormente Delegado de Saúde de Almada. Aqui envolveu-se num trabalho conjunto com outras forças vivas como a Câmara Municipal de Almada, promovendo a Educação para a Saúde, participando nos primeiros passos em Portugal do Programa CINDI - programa da OMS de prevenção das doenças não transmissíveis/ promoção de estilos de vida saudáveis e nos primeiros passos da Luta Contra à Tuberculose, contribuindo ativamente para a redução do número de novos casos no concelho de Almada, um dos mais afetados por esta doença. No âmbito da reorganização dos centros de saúde do concelho de Almada instalou e foi diretor do centro de saúde da Cova da Piedade, tendo sido um líder inovador, mantendo sempre como prioridade uma prestação de cuidados de saúde de qualidade e de proximidade ao utente. Teve a visão e a capacidade de envolver os profissionais de saúde, com quem trabalhava, na persecução dos objetivos e resultados em saúde que almejava.

Foi um impulsionador e dinamizador das primeiras reformas dos cuidados de saúde primários (CSP) com os primeiros projetos alfa e regimes remuneratórios experimentais.

Proseguiu os seus estudos tendo adquirido Competência de Gestão de Serviços de Saúde, pela Ordem dos Médicos aquando da publicação do Decreto lei nº 157/99 que pretendia criar os centros de saúde de terceira geração, que assentavam na descentralização da gestão e na aproximação da decisão ao local de ação. O reconhecimento do trabalho desenvolvido, da sua capacidade de liderança, da luta pelo reconhecimento dos CSP e pela necessidade de uma reforma dos mesmos, levou a que tivesse sido convidado a integrar um projeto experimental que envolveu um número limitado de centros de saúde do país e passou a exercer o cargo de diretor do centro de saúde de Almada, Costa da Caparica e Cova da Piedade.

Integrou “O Grupo de Coordenação Estratégica da Reforma dos Cuidados de Saúde Primários” do Ministério da Saúde e foi Membro da Comissão Nacional da Luta contra a Tuberculose.

Com a evolução da reforma dos CSP e dando continuidade ao trabalho desenvolvido, aquando da constituição do Agrupamento dos Centros de Saúde foi convidado a exercer a função de diretor do ACES de Almada, que agrupava os Centros de Saúde de Almada, Cova da Piedade e Costa da Caparica, cargo que exerceu até à reforma em julho de 2012.

Após a sua reforma foi ainda um dos fundadores, com o Professor Constantino Sakellarides, Dr. Jorge Sampaio e Dr. António Arnaut, entre outras personalidades da saúde em Portugal, da Fundação para a Saúde - SNS, criada pela sociedade civil para a defesa de um Serviço Nacional de Saúde de qualidade.



Faleceu abrupta e prematuramente em 2 de novembro de 2017 por doença oncológica e todos os que tiveram o privilégio de lidar de perto com ele nunca esquecerão algumas das suas mensagens que tanto contribuíram para a melhoria dos cuidados de saúde prestada aos cidadãos de Almada, dizia então: “O utente deve estar sempre no centro do sistema”, “Os que mais nos preocupam são os que não nos procuram”, “O privilégio de termos como profissão uma tão nobre missão” e “Tudo o que se avalia melhora” foram algumas das suas “máximas”.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em 8 de fevereiro de 2018, transmite a todos os familiares e amigos deste bom homem as suas mais sinceras condolências, nesta hora difícil e de sentido de perda, merecedor de justa e pública homenagem nos moldes que se considerem mais adequados.”

6.1.2 – O Sr. Deputado Municipal João Quintino (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O Partido Socialista manifesta o seu mais profundo pesar pela morte de Edmundo Pedro.

Edmundo Pedro, nascido em Alcochete em novembro de 1918, foi um herói da luta contra a ditadura dedicando toda a sua vida ao combate pelos valores da Liberdade e da Democracia e, nesta medida, é uma referência de coragem e de combatente político.

Edmundo Pedro foi preso pela primeira vez em 1932, com apenas 15 anos de idade, conhecendo bem a repressão e os cárceres da ditadura, passando pelo Aljube, Peniche a Caxias.

Foi também o mais jovem preso político no sinistro campo de concentração do Tarrafal, onde passou dez anos, debaixo das mais infra-humanas condições. Libertado em 1946, envolveu-se em várias conspirações e tentativas de derrube da ditadura fascista, que lhe valeram mais uma prisão, na sequência do assalto ao quartel de Beja, em 1962.

Militante do PS logo após o 25 de Abril, revelou-se um elemento-chave no combate que então foi preciso travar e que lhe valeu injustas acusações que a Justiça e a História acabaram por demonstrar falsas. Deixamos várias obras essenciais para o conhecimento do século XX português e um precioso legado, que deve orgulhar todos os democratas e, muito em particular, os seus camaradas socialistas.

Deputado do PS em várias legislaturas, Edmundo Pedro deixou em todos os que com ele tiveram a felicidade de privar um traço indelével de humildade, humanidade e coragem, que manteve até ao fim dos seus dias, ia cumprir cem anos. Essa força e coragem são uma eterna referência para o Partido Socialista.

Neste triste momento de dor pela sua perda, temos por certo a confiança de que todos os democratas saberão estar à altura do extraordinário legado de Edmundo Pedro.

A Assembleia Municipal de Almada transmite a todos os familiares e amigos do nosso querido camarada as suas mais sinceras condolências, nesta hora difícil e de sentido de perda.”



6.1.3 – O Sr. Deputado Municipal Luís Palma, Presidente da União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Voto de Pesar pelo falecimento de Alexandre dos Santos Castanheira

Nascido em 1927, faleceu no passado dia 16 de janeiro, aos 90 anos de idade, Alexandre Castanheira.

Poeta, ensaísta, homem de letras e de saberes diversificados, Alexandre Castanheira era licenciado em Histórico-Filosóficas pela Faculdade de Letras de Lisboa e em Literatura Moderna pela Universidade de Paris VIII.

Desde muito jovem aliou a sua vocação literária, particularmente a escrita e divulgação da poesia, com a militância política ativa contra a ditadura fascista.

Participou ativamente na secção juvenil do Movimento de Unidade Democrática (MUDJuvenil), assumindo responsabilidades na Comissão Concelhia de Almada, Comissão Distrital de Setúbal e Comissão Central, tendo sido diretamente responsável pelas comissões do MUDJuvenil dos distritos de Setúbal, Évora, Beja e Faro.

Mais tarde adere ao Partido Comunista Português (PCP), do qual foi funcionário, dirigente nos seus órgãos centrais e militante em França onde viveu exilado quase uma década.

Em consequência da atividade política que desenvolvia, foi três vezes preso e levado a tribunal plenário pela PIDE, sob a acusação de ser membro do PCP, sendo sempre absolvido por falta de provas.

Na sequência da sua última detenção em 1954, passa à atividade clandestina. Ao longo de 15 anos, trabalhando sempre no interior do país, foi responsável pelos sectores juvenil, intelectual e do movimento da paz.

Durante o seu exílio em França, a partir de 1968, desenvolve intensa ação em particular nas fábricas Renault e na Confederação Sindical CGT, a par de clubes e associações de portugueses. Foi dirigente nacional da CGT, da URAP (União contra o racismo e pela amizade entre os povos), e da Associação para a Alfabetização e a Formação Profissional dos Trabalhadores Estrangeiros em França.

Como Poeta e divulgador de poesia, fez inúmeros recitais em escolas, coletividades, festas em todo o País, e a partir de 1969 desenvolve igualmente intensa atividade de promoção e divulgação cultural e sensibilização política, particularmente junto dos milhares de emigrantes portugueses.

A partir da Revolução de 25 de Abril de 1974, Alexandre Castanheira dedica toda a sua energia e ação aos problemas da Revolução, do seu desenvolvimento e da sua consolidação. Assume-se como um dos principais organizadores de uma assembleia de associações e clubes de portugueses em França envolvendo várias dezenas de participantes.

De regresso à sua Pátria e Terra Natal em 1978, Alexandre Castanheira prosseguiu a sua atividade de divulgação e promoção cultural aliada à intervenção política e cívica, tendo assumido diferentes cargos



de direção em diversas coletividades e clubes do seu Concelho de Almada, e sido eleito em vários mandatos nos órgãos do Poder Local Democrático, designadamente na Assembleia Municipal de Almada e Assembleia de Freguesia do Laranjeiro, órgão ao qual presidiu.

No regresso a Portugal, inicia a publicação da sua obra, da qual se destaca na poesia os volumes “Poesia... sem Distanciação” e “Desilusão Optimista”, que são dados à estampa ao lado de publicações sobre teatro, crónicas, ensaio e contos.

Com o ensaio “Camões, Nosso Contemporâneo”, Alexandre Castanheira vence o Concurso Literário do IV Centenário de Camões, promovido pela Câmara Municipal de Almada. Multiplicam-se neste período os recitais de poesia em Portugal, na Galiza (Vigo, Baiona, Universidade de Santiago de Compostela), bem como as conferências-recital dedicadas a autores portugueses consagrados como Antero de Quental, Guerra Junqueiro, Mário Sá-Carneiro, Manuel da Fonseca, Sidónio Muralha, Fernando Pessoa, entre muitos outros.

Alexandre Castanheira foi Professor na Escola Superior de Educação Jean Piaget, em Almada, lecionando nos diversos cursos do 2º Ciclo do Ensino Básico e no curso de Animadores Socioculturais daquela Escola do Ensino Superior, tendo participado com comunicações em inúmeros encontros e congressos organizados pelo Instituto Piaget.

Mesmo após a sua jubilação de professor do Instituto Piaget, continuou ativamente ligado à atividade da Escola, particularmente ao cancionero e à Unidade de Investigação em Antropologia.

No quadro do Movimento Associativo Popular, foi eleito para os Corpos Sociais de diversas coletividades do Concelho, entre as quais a Sociedade Filarmónica Incrível Almadense, Sociedade Filarmónica União Artística Piedense, Clube de Instrução e Recreio do Laranjeiro, Clube de Campismo do Concelho de Almada e Associação Cultural Manuel da Fonseca, tendo sido fundador destas duas últimas coletividades do Concelho de Almada.

Alexandre Castanheira foi ainda membro ativo do Conselho Geral da Federação das Coletividades de Cultura e Recreio, tendo sido agraciado com a Medalha de Ouro de Dedicção e Mérito da Federação. Foi ainda agraciado pelo Presidente da República Jorge Sampaio com o Grau de Comendador da Ordem da Liberdade, condecoração proposta pelas Autarquias Locais e Povo de Almada, e foi-lhe atribuída a Medalha de Ouro de Mérito Cultural da Câmara Municipal de Almada em 1994.

No quadro da sua atividade política, foi eleito pelo povo de Almada para a Assembleia Municipal e mais tarde para a Assembleia de Freguesia de Laranjeiro. A Câmara Municipal de Almada, na sua última reunião ordinária de dezembro de 2017, havia decidido por unanimidade a atribuição do nome de Alexandre Castanheira à Escola Básica do 1º Ciclo nº 2 do Laranjeiro.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, na sua Sessão Extraordinária de 8 e 9 de fevereiro de 2018 delibera:



1. Expressar o mais sentido pesar pelo falecimento do Insigne Cidadão Almadense Alexandre dos Santos Castanheira.
2. Dirigir à sua família, aos seus muitos e muitos amigos, ao Movimento Associativo Popular do Concelho de Almada, a todos os Órgãos do Poder Local Democrático do Concelho de Almada, e ao Partido Comunista Português as mais profundas condolências e solidariedade no momento em que, desaparecendo fisicamente o Homem Grande que foi e é Alexandre Castanheira, permanecerá perene entre nós o seu exemplo de vida, conduta cívica e contributo para a construção de um mundo melhor para todos os homens e mulheres, a grande ambição e objetivo de vida do Alexandre Castanheira.”

6.1.4 – O Sr. Deputado Municipal Carlos Revés (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Voto de Pesar pelo falecimento do Marinheiro José Bruno

De forma inesperada faleceu, no passado dia 21 de dezembro, o cidadão democrata José Manuel Bruno, ativista do Portugal de Abril, o Bruno marinheiro como era reconhecido em Almada, o Marinheiro Bruno como era conhecido, referenciado, respeitado e tratado na Armada Portuguesa pelos seus camaradas marinheiros.

O José Bruno, de seu nome completo José Manuel da Silva Bruno da Costa, nasceu em Vila Franca de Xira onde viveu a adolescência e onde aprendeu, integrou e protagonizou lutas pela liberdade e a democracia, ligando-se ao movimento antifascista e ao Partido Comunista Português e participando nas atividades da oposição democrática desde 1969 sendo preso em junho de 1970 pela polícia política, a PIDE.

Foi também um ativista considerado na União Desportiva Vila Franquense, desde 1966, e em particular na sua Secção Cultural.

A partir de 1971 muda completamente de vida pelo ingresso na Marinha de Guerra Portuguesa, tendo feito o curso de Telegrafista, sendo mobilizado para uma comissão em Angola onde serve as Forças Armadas a bordo do navio Rovuma, entre fevereiro de 1972 a fevereiro de 1974.

A Revolta Militar de 25 de Abril de 1974 acontece e a Revolução Democrática desenvolve-se com o Marinheiro Bruno como Praça da Armada a prestar serviço ao Grupo Nº 1 das Escolas da Armada, em Vila Franca de Xira e, nessa qualidade, tem desde logo intervenção e ação nos principais acontecimentos que então se sucederam na Marinha.

É assim que se destaca como membro da Primeira Comissão de Bem Estar do Grupo Nº 1 das Escolas da Armada. Com outros camaradas marinheiros é promotor e fundador da Comissão Dinamizadora do Associativismo de Praças, tendo sido eleito seu dirigente integrando a sua Comissão Coordenadora, o Secretariado e a Comissão Executiva das Praças da Armada.

A organização das Praças da Armada teve papel importantíssimo no desenvolvimento e consolidação do que é hoje movimento associativo militar.



MUNICIPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

12

O Plenário Geral de Praças da Armada era então o órgão máximo do associativismo da classe, a Assembleia de Delegados o órgão cimeiro da representatividade das Praças no âmbito da CDAP que elegia a Comissão Coordenadora do Associativismo de Praças constituída por oitenta e seis marinheiros, funcionando com um secretariado com trinta e um membros e uma Comissão Executiva do Secretariado de dez marinheiros considerada como o verdadeiro motor e representante da dinâmica do movimento associativo e que era composta pelos Cabos Oliveira, Andrez, Gomes, Simões e Varela, pelos Marinheiros Bruno, Brinquete, Carvalho e Fernandes e pelo Grumete Campos.

Registo também para dois momentos de transcendente importância na afirmação do movimento das Praças da Armada que foram o 1º Grande Plenário Geral de Praças da Armada realizado nos dias 2 e 3 de Abril de 1975 no auditório da Escola Naval, no Alfeite, com a participação de 170 marinheiros eleitos como delegados do universo dos Praças da Armada nas suas unidades, cuja sessão de encerramento foi presidida pelo Vice-Almirante Pinheiro de Azevedo, Chefe do Estado Maior da Armada e membro do Conselho de Revolução com a presença de 3.000 militares e, o 2º Grande Plenário das Praças da Armada também realizado na Escola Naval, nos dias 29 e 30 de outubro de 1975, com a participação de 200 delegados, cuja sessão de encerramento contou com a presença do Vice-Almirante Pinheiro de Azevedo, na qualidade de Primeiro Ministro do VI Governo Provisório.

Em todos estes e muitos outros momentos, ações e iniciativas dos Praças da Armada o Marinheiro Bruno foi parte do movimento das Praças na construção do Portugal de Abril, integrando um grupo de marinheiros conhecedores porque vivenciaram a dureza da vida a bordo que incentiva e obriga à sã camaradagem, a uma prática da solidariedade entre todos, oficiais, sargentos e praças, ao mesmo tempo que é assumido responsabilmente o respeito mútuo, os vários níveis de responsabilidade da missão e do desempenho das tarefas ou a disciplina hierárquica.

É neste contexto que o Marinheiro Bruno é eleito pela Comissão Dinamizadora da Associação de Praças para a Assembleia do MFA da Armada e nesta é eleito para a sua Comissão Coordenadora e Secretariado assim como passa a integrar a representação da Armada à Assembleia do MFA dos três Ramos das Forças Armadas.

Por delegação expressa do Chefe do Estado Maior da Armada, o Almirante Pinheiro de Azevedo, integrou em representação da Armada, conjuntamente com oficiais dos três Ramos das Forças Armadas, a primeira Delegação Militar que se deslocou a Cuba durante um mês (abril e maio de 1975) em representação do Estado Português.

No seguimento e em consequência do 25 de novembro de 1975, além da expulsão de 350 praças do Serviço Militar Obrigatório, são também 57 Praças dos Quadros Permanentes, algumas com mais de 15 anos de serviço na 1ª Classe de comportamento, algumas destas e outras com cursos frequentados para integrarem as carreiras na classe de Sargentos e Oficiais, que são expulsos sem qualquer acusação formal



ou informal. O Marinheiro Bruno foi um dos expulsos, invade-o profunda dor, luta pela reintegração, sendo reconstruída a sua carreira pela Lei nº 43/99, de 11 de junho, tendo sido promovido a cabo.

O Marinheiro Bruno residia na Cidade de Almada há 40 anos, foi um cidadão ativo e empenhado no progresso da sua Cidade, presença assídua nos grandes acontecimentos cívicos, culturais e políticos, cultor da generosidade mas firme de caráter e superiormente dedicado às causas, valores e ideais de Abril.

Em junho de 2014 foi publicado o Livro “A Revolução de Abril – Praças da Armada” pelas Edições Colibri, excelente documento testemunhando o papel das Praças da Armada na Revolução de Abril. A iniciativa pertenceu a um grupo de praças que tiveram participação ativa no processo revolucionário, cujo trabalho de elaboração, pesquisa, compilação e coordenação pertenceu a 4 marinheiros, ao Marinheiro Bruno, a José Boto, José Brinquete e Vitor Lamber.

Estes Praças da Armada dedicaram expressamente o livro a todos aqueles que continuam a lutar pela dignidade humana e por um Portugal desenvolvido e, em especial dedicam à Praças, Sargentos e Oficiais da Armada Portuguesa, bem como a todos os demais militares empenhados nas transformações da Revolução de Abril.

O Marinheiro Bruno deixa-nos assim exemplo de vida, marcas de um percurso de vida, lutas de referência, e sempre fidelidade aos ideais de Abril – deixa-nos saudades.

Nestes termos os Eleitos da CDU apresentam à Assembleia Municipal de Almada a presente manifestação de pesar.

Assim a Assembleia Municipal de Almada reunida em plenário no dia 8 de fevereiro de 2018, manifesta profundo sentimento de perda pelo falecimento do Município José Manuel Bruno, o Marinheiro Bruno, enaltece as suas qualidades de Cidadão dedicado à liberdade, à justiça social, às causas e valores de Abril, apresentando à sua esposa Dulce, à sua filha Inês e demais família enlutada, as mais sentidas condolências, assim como ao Movimento Associativo Militar.”

6.1.5 – Usaram da palavra a Sr^a Presidente da Câmara e os Srs. Deputados Municipais João Galdes (CDU) e Ivan Gonçalves (PS).

6.1.5.1 – O Sr. Deputado Municipal João Galdes (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Senhor Presidente, não sendo habitual uma intervenção na votação dos votos de pesar, julgo que um detalhe muito pequeno, no texto que o Partido Socialista aqui nos traz sobre o Doutor Luís Ferreira Marquês, que é um detalhe de natureza geográfica, justifica uma correção, que nós gostaríamos de sugerir. É o facto de não existir a Freguesia de Algarão, existe a Freguesia de Benedita e o lugar de Algarão. Era só esta sugestão de correção, só por razões de rigor geográfico, digamos assim.”

6.1.5.2 – O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:



“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A Mesa assume a responsabilidade de esclarecer o assunto e corrigir, antes de ser editado em Edital, e, portanto, agradeço obviamente a intervenção que fez.”

6.1.5.3 – O Sr. Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Senhor Presidente, apenas para referir que no Voto de Pesar pelo Falecimento de Edmundo Pedro, do nosso camarada Edmundo Pedro, no primeiro parágrafo é referido que, “o Partido Socialista manifesta o seu mais profundo pesar pela morte de Edmundo Pedro”, é naturalmente um lapso, aquilo a que nós queríamos referir é que, “a Assembleia Municipal de Almada, manifesta o seu mais profundo pesar pela morte de Edmundo Pedro”.

6.1.5.4 – A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Senhor Presidente, se me permite, queria só em nome da Câmara Municipal de Almada, obviamente, associarmo-nos a estes Votos de Pesar. Mas se me permite aqui também, enquanto eleita pelo Partido Socialista, dar aqui uma palavra relativamente a Edmundo Pedro.

Edmundo Pedro foi muito mais do que um militante do Partido Socialista. Foi um homem que lutou, e pagou muito pela luta pela liberdade, aliás, Almada tem uma praça com o nome do pai de Edmundo Pedro, a praça Gabriel Pedro, e que ficaria bem ser praça Gabriel e Edmundo Pedro, porque de facto foram pai e filho, dois grandes lutadores pela liberdade, Edmundo Pedro esteve preso muitos anos como foi aqui referido no Tarrafal, mas apesar do muito que sofreu, após o 25 de Abril, continuou sem desistir. E até ao final da sua vida, e eu que comecei a ter uma ação política ativa relativamente tarde, até ao final da sua vida, o Edmundo Pedro, sempre foi aquela voz de esperança, de alegria, de confiança, confiança no futuro, e uma imensa confiança no povo português, e na grande, grande riqueza, que é esta de nós podermos viver hoje em liberdade, e em grande parte também graças a ele.

E, portanto, em nome da Câmara Municipal de Almada, quero deixar aqui uma palavra de profundo pesar, de admiração, e de respeito pelo Edmundo Pedro.”

6.1.6 - Verificado o quórum e não havendo mais pedidos de palavra passou-se à votação dos votos de pesar que foram aprovados por unanimidade.

6.1.7 - Seguiu-se um minuto de silêncio, proposto pelo Presidente.

6.2 – Para tratar de assuntos de interesse do Concelho, usaram da palavra para apresentarem documentos para votação os seguintes Deputados Municipais:

6.2.1 – A Sr.^a Deputada Municipal Marina Lopes (PSD), para apresentar uma Moção sobre Conselho Municipal Juventude (Anexo 5);



O Concelho de Almada constituiu no ano de 1997 o chamado “Fórum Municipal da Juventude”. Esse órgão com características meramente consultivas e de informação da Câmara Municipal, encontra-se hoje desativado, apesar de no seu regulamento se prever que o funcionamento é assegurado através do Departamento de Educação e Juventude.

Considerando que a Lei nº 8/2009, de 18 de fevereiro, com as alterações da Lei nº 6/2012, de 10 de fevereiro, veio consagrar e aprovar o Regime Jurídico dos Conselhos Municipais de Juventude.

Considerando que a Lei estabelece o direito à Juventude de intervir e a ser consultada em todas as matérias que lhe dizem diretamente respeito, nomeadamente sobre as políticas a implementar pelos órgãos autárquicos.

Considerando que tal legislação define a sua composição, competências e regras de funcionamento.

Considerando que a participação e empenho dos jovens no melhoramento e desenvolvimento do nosso concelho são sinais de um município rejuvenescido, moderno e atuante.

Considerando que importa envolver as associações juvenis com sede no concelho, as associações de estudantes do ensino básico, secundário e superior e as organizações de juventude partidárias com representação nos órgãos do município ou na Assembleia da República.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, delibera:

1. Recomendar à Câmara Municipal de Almada a extinção do Fórum Municipal da Juventude;
2. Recomendar à Câmara Municipal de Almada que no mais breve prazo possível dê início à criação, nos termos da Lei, do Conselho Municipal da Juventude de Almada.”

6.2.2 - A Sr.^a Deputada Municipal Mara Martins (CDU), para apresentar uma Moção/Deliberação sobre Arquivos Históricos Associativo (Anexo 6);

Moção/Deliberação “Informatização arquivística da parte histórica do arquivo das coletividades centenárias do concelho de Almada”

O Movimento Associativo Popular assume-se como um dos mais emblemáticos traços identitários do Concelho de Almada, por muitos considerado como uma centralidade do associativismo no nosso país.

Tendo como motivo aquela realidade, foi celebrado em maio de 2016 entre o Município e as associações centenárias do Concelho de Almada, um protocolo através do qual as instituições do Movimento Associativo Popular Almadense facultaram o acesso pelo Município ao respetivo espólio documental, tendo como contrapartida a constituição de um Fundo Documental com fins públicos, que garanta através da sua transposição para suporte digital a preservação do património associativo do Concelho de Almada e a sua disponibilização a todos os interessados.

O espólio documental da Sociedade Filarmónica Incrível Almadense será, neste quadro, entregue a esta coletividade do Concelho de Almada, em data a agendar. Apesar do processo de tratamento e



digitalização previsto no protocolo celebrado estar concluído, o espólio não foi entregue na data prevista, 08 de janeiro de 2018, em virtude do elemento da Câmara Municipal de Almada não poder estar presente, por motivos de saúde.

O acervo documental e histórico de mais de uma centena de anos de atividade associativa foi, nesse mesmo dia, tornado acessível a partir da consulta ao portal “Infogestnet” na Internet, disponibilizando informação e documentação sobre a vida e percurso da mais antiga coletividade do Concelho de Almada a todos os utilizadores da rede mundial de informação e comunicação.

O fundo documental digitalizado da Sociedade Filarmónica Incrível Almadense representa, assim, a conclusão de um dos onze pilares que, nas coletividades centenárias de Almada, asseguram a preservação e recuperação de espólio documental de inestimável valor cultural e científico, que regista na memória coletiva dos Almadenses a vida e a história do movimento associativo popular, a expressão de milhares de manifestações de natureza cultural, recreativa e desportiva, e a extraordinária importância e significado que a ação e intervenção do Movimento Associativo Popular assumiu no passado, e assume no presente, na promoção da melhoria da qualidade de vida das populações.

A dimensão global da intervenção do Município neste domínio traduz-se na digitalização e tratamento de imagens de documentos pertencentes ao acervo documental de onze coletividades centenárias do Concelho de Almada, envolvendo perto de 900.000 imagens de documentos da História do Movimento Associativo Popular.

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Almada, na sua Sessão Extraordinária de 8 e 9 de fevereiro de 2018, delibera:

1. Saudar vivamente a conclusão desta etapa da constituição do Fundo Documental Associativo do Concelho de Almada, traduzido na entrega, após o respetivo tratamento e digitalização, do espólio documental histórico da Sociedade Filarmónica Incrível Almadense, a mais antiga coletividade do Concelho de Almada, e a sua disponibilização pública através da rede mundial de comunicação e informação que é a Internet.
2. Reiterar o inegável interesse cultural, social e científico da conclusão do processo de registo, digitalização e disponibilização pública dos acervos das coletividades centenárias do Concelho de Almada incluídas no processo desencadeado em 2016 pela Câmara Municipal de Almada, enquanto fator e contributo municipal para o enriquecimento do saber e do conhecimento dos Almadenses, e de todos os interessados e estudiosos em geral, sobre a riquíssima história do movimento associativo no Concelho de Almada.”

6.2.3 – O Sr. Deputado Municipal João Galdes (CDU), para apresentar uma Moção/Deliberação sobre a Paz e a Recusa das Armas Nucleares (Anexo 7);



Moção/Deliberação “Sim à Paz, não às armas nucleares”

O Núcleo de Almada do Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC) promoveu, no passado dia 27 de janeiro, uma sessão pública pela paz e pelo desarmamento, que decorreu nas instalações do Cineteatro da Academia Almadense e incluiu momentos culturais e diversos depoimentos em defesa da causa da paz e pelo desarmamento nuclear.

Esta sessão pública decorreu no quadro da Campanha Nacional promovida pelo CPPC - única organização portuguesa reconhecida como “Mensageira da Paz” pela Organização das Nações Unidas -, iniciativa que dá expressão em Portugal à Campanha Internacional pela Abolição das Armas Nucleares (ICAN, na sigla em língua inglesa), promovida por uma Organização Não Governamental criada em 2007, reunindo hoje 468 organizações de defesa da Paz em 101 países, à qual foi atribuído em outubro passado o Prémio Nobel da Paz, inequívoco reconhecimento do contributo que esta Organização vem dando em defesa da segurança e da paz mundiais.

A sessão pública promovida pelo Núcleo de Almada do CPPC visou mobilizar os Almadenses em torno da importância que assume para a sua segurança e paz, como para toda a Humanidade, a assinatura e ratificação, também por parte do Governo de Portugal, do Tratado de Proibição de Armas Nucleares, aprovado em julho de 2017 por 122 países das Nações Unidas.

Os participantes na sessão sublinharam a urgência na participação ativa dos Estados e dos Povos na luta pela eliminação dos arsenais nucleares hoje existentes, que integram mais de 15 mil ogivas, cinco mil das quais em regime de prontidão imediata, e a importância que a eliminação dessas armas de eliminação maciça assume para a sobrevivência da Humanidade e de todas as formas de vida que conhecemos.

Considerando que as armas nucleares são hoje a mais grave ameaça que pende sobre a Humanidade, pois a sua utilização representaria a morte e destruição generalizadas e libertaria radiação que deixaria sequelas ao longo de muitas décadas, provocando em todo o planeta aquilo que os cientistas designam como “inverno nuclear”.

Considerando que a dimensão e potência dos arsenais nucleares atualmente existentes e a crescente tensão que marca a situação internacional colocam com acrescida urgência a exigência do desarmamento nuclear – questão essencial para salvaguardar a paz, a segurança e a própria sobrevivência da Humanidade.

Considerando que no dia 7 de julho de 2017 foi adotado o Tratado de Proibição das Armas Nucleares pela conferência das Nações Unidas para negociar um instrumento legalmente vinculativo que proíba as armas nucleares, levando à sua eliminação total – objetivo partilhado pelos 122 Estados promotores, dando expressão à aspiração dos povos de um mundo livre de armas nucleares.

Considerando que o Tratado de Proibição das Armas Nucleares se encontra aberto à assinatura e ratificação pelos diferentes Estados-membros das Nações Unidas desde o dia 20 de setembro de 2017.



Considerando que Portugal defende, no respeito pelo espírito e letra da Constituição da República Portuguesa, um posicionamento pelo “desarmamento geral, simultâneo e controlado”, posição que deverá obrigar as instituições nacionais, desde logo o Governo da República, a colocar-se indubitavelmente ao lado da Paz e de todas as iniciativas que a promovem, como é o caso do Tratado de Proibição de Armas Nucleares.

Considerando que as catastróficas consequências que resultariam de qualquer uso de armas nucleares, reconhecendo por isso a necessidade de as eliminar completamente como a única forma de garantir que as armas nucleares nunca mais serão usadas em nenhuma circunstância, deverá constituir profunda preocupação de todas e todos os Almadenses.

A Assembleia Municipal de Almada, na sua Sessão Extraordinária de 8 e 9 de fevereiro de 2018, em defesa da paz e da segurança, e na luta pelo futuro da Humanidade, delibera:

1. Saudar a atribuição do Prémio Nobel da Paz de 2017 à Campanha Internacional para a Abolição das Armas Nucleares, Organização Não Governamental que reúne 468 organizações de defesa da Paz em 101 países.
2. Associar-se de forma inequívoca à exigência de eliminação das armas nucleares e a sua não proliferação.
3. Manifestar satisfação e regozijo pela adoção do Tratado de Proibição das Armas Nucleares por 122 Estados-membro da Organização das Nações Unidas.
4. Reclamar das autoridades portuguesas a assinatura e ratificação do Tratado de Proibição das Armas Nucleares, em respeito pelo consagrado no artigo 7º da Constituição da República, que preconiza o “desarmamento geral, simultâneo e controlado”.

6.2.4 - A Sr.ª Deputada Municipal Sandra Branco (PAN), para apresentar uma Recomendação sobre A Não Exclusão das Pessoas Surdas da Vida Democrática dos Órgãos Autárquicos (Anexo 8);

Recomendação “Não exclusão das pessoas surdas da vida democrática dos órgãos autárquicos”

Considerando que:

1. A Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável refere:
 - No Objetivo 4 a necessidade de assegurar até 2030 a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, bem como garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo aqui as pessoas com deficiência;
 - No Objetivo 10, relativo à redução das desigualdades, que duas das metas são, até 2030, empoderar e promover a inclusão social, económica e política de todas as pessoas, independentemente da idade, género, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição económica ou outra e garantir a igualdade de oportunidades, inclusive através da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito;



- No Objetivo 16, a necessidade de “desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes, a todos os níveis”, garantindo a “tomada de decisão responsável, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis” e ainda a necessidade de acautelar o “acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais”.

2. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que não só reconhece os direitos das pessoas com deficiência, como proíbe a sua discriminação em todas as áreas da vida e responsabilizando toda a sociedade pela criação de condições que garantam estes direitos, determina no artigo 9.º, n.º 2, alínea e) que os Estados Partes desenvolvem medidas apropriadas para “providenciar formas de assistência humana ou animal e intermediários, incluindo guias, leitores ou intérpretes profissionais de língua gestual portuguesa, para facilitar o acesso a edifícios e a outros equipamentos abertos ao público”.

3. A Estratégia Europeia para a Deficiência (2010-2020) sublinha a importância de eliminarmos as barreiras que se colocam às pessoas com deficiência, de modo a que estas possam usufruir de todos os seus direitos e participar na sociedade e na economia. Para tal são identificadas oito grandes áreas de atuação, das quais destacamos acessibilidade, participação, igualdade, emprego, educação e formação.

4. O Relatório Anual de 2016 relativo à aplicação da Lei n.º 46/2006, de 28 de agosto, a qual proíbe e pune a discriminação em razão da deficiência e da existência de risco agravado de saúde, quer se tratem de atos discriminatórios por recusa ou condicionamento do exercício de direitos de qualquer índole, refere que “Decorridos dez anos sobre a publicação da Lei n.º 46/2006, verifica-se que a promoção da inclusão social das pessoas com deficiência, o combate à discriminação e a garantia da igualdade de oportunidades continuam constantemente a interpelar e lançar novos reptos à aplicação desta lei.”.

5. A Língua Gestual Portuguesa é a língua utilizada pela Comunidade Surda portuguesa, consubstanciando inclusivamente uma matéria consagrada na Constituição da República Portuguesa desde 1997, Lei n.º 1/97, de 20 de Setembro, no artigo 74.º, número 2, alínea h), o qual dita que “na realização da política de ensino incumbe ao Estado (...) proteger e valorizar a língua gestual portuguesa, enquanto expressão cultural e instrumento de acesso à educação e da igualdade de oportunidades”.

6. O acesso à informação e a possibilidade de comunicação são imprescindíveis para a qualidade de vida das pessoas e para o exercício dos direitos que lhes são conferidos em democracia. É essencial que as políticas e decisões garantam a ligação plena entre pessoas, lugares, bens, serviços e oportunidades económicas, sem condicionamentos. Acontece que atualmente não está assegurada a acessibilidade de pessoas surdas a todos os serviços públicos, nomeadamente ao direito à informação, não existindo por isso igualdade de oportunidades.

Deste modo, vem o Grupo Municipal do PAN propor que a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Extraordinária no dia 8 de fevereiro de 2018, delibere recomendar à Câmara Municipal de Almada:



1. A interpretação simultânea em Língua Gestual Portuguesa em todas as sessões públicas da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal de Almada, nomeadamente nas transmissões através da internet;
2. Que todos os comunicados oficiais da Câmara Municipal de Almada, em formato multimédia, contemplem a tradução em língua gestual;
3. Sempre que possível, nos eventos públicos organizados pela Câmara Municipal de Almada seja disponibilizada tradução simultânea em língua gestual;
4. Que avalie as necessidades de acessibilidade aos serviços públicos por parte da comunidade surda, no sentido de lhe prestar o devido apoio, auscultando as associações representativas das pessoas com deficiência, e, em especial, a comunidade surda.”

6.2.5 - A Sr.^a Deputada Municipal Sandra Branco (PAN), para apresentar uma Recomendação Pela Redução do Uso de Água Engarrafada (Anexo 9);

Recomendação “Pela redução do uso de água engarrafada”

Considerando que:

- a) É imperioso alterar os padrões de consumo e reduzir drasticamente o consumo de plástico, facto este amplamente reconhecido pela sociedade, o qual atualmente está a ser alvo de atenção por parte dos legisladores, tanto a nível nacional como internacional;
- b) Uma das metas da Organização das Nações Unidas referida nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030 é a redução substancial de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reutilização” (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 12 - Garantir padrões de consumo e produção sustentáveis);
- c) Os valores médios dos últimos anos indicam que apenas 30% do lixo produzido em Portugal é reciclado, sendo o restante incinerado ou aterrado, com as enormes implicações ambientais que acarreta;
- d) Apesar da reciclabilidade do material de que são produzidas as garrafas de água (PET), há que ter em conta o elevado investimento em energia e logística necessários à sua reciclagem e, sobretudo, que somente uma fração do produto acaba sendo reprocessado. Uma enorme quantidade do material tem como destino os depósitos de lixo e muitas vezes acabam em rios e mares. Ao chegar ao meio ambiente, principalmente nos oceanos, o processo de degradação das garrafas de plástico demora aproximadamente 400 anos. Além disso, transformam-se em microplástico, pequenas partículas plásticas poluentes e tóxicas, responsáveis pela morte de milhares de animais;
- e) A água da rede pública é um recurso natural acessível, equilibrado, seguro, económico e ambientalmente sustentável, e Almada tem água de qualidade premiada e reconhecida com o Prémio e Selo Nacional de "Qualidade exemplar para consumo humano";
- f) Os SMAS de Almada vêm desenvolvendo, desde 2011 o projeto ambiental "Beba água da torneira",



e a Câmara Municipal de Almada é uma das entidades aderentes deste projeto.

Deste modo, vem o Grupo Municipal do PAN propor que a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Extraordinária no dia 8 de fevereiro de 2018, delibere recomendar à Câmara Municipal de Almada que:

1. Se associe à crescente tendência de evitar, sempre que possível, a utilização de materiais descartáveis, nomeadamente garrafas de água em PET e copos de plástico;
2. A não utilização de água engarrafada em qualquer evento da autarquia ou apoiado por esta, incluindo reuniões, palestras, conferências ou congressos organizados pela Câmara Municipal de Almada e Assembleia Municipal de Almada;
3. Utilize jarros de vidro alusivos à campanha "Beba água da torneira" e copos de vidro ou em alternativa, por questões de operacionalidade, os jarros e copos em plástico reutilizáveis disponibilizados pelos SMAS."

6.2.6 – O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Senhor Presidente, nós em conversa hoje mesmo com a Senhora Vereadora Teodolinda Silveira, apercebemo-nos que a nossa moção está já parcialmente respondida, e em vias de ser totalmente respondida. Por esse motivo, nós retiramos a moção sobre o processo extraordinário de regularização de todos os vínculos precários do Município.

Como está em vias de ser totalmente respondida, não vemos necessidade de manter a moção."

6.2.6.1 – O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

"Srs. Deputados Municipais;

Este é um assunto obviamente, que penso, que nos preocupa e motiva a todos, tenho confiança que o assunto esteja a ser acompanhado com a devida atenção pela Câmara, e, portanto, penso que o gesto do Bloco de Esquerda, no fundo contribui para que possa haver um trabalho continuado neste sentido, é um gesto que merece uma referência também positiva."

6.2.7 – O Sr. Deputado Municipal Henrique Margarido (PS), para apresentar um Voto de Saudação ao Governo pela Disponibilização de Verbas para a Construção do Hospital do Seixal (Anexo 10);

Voto de Saudação

Ao governo, pela disponibilização de verbas para a construção do Hospital do Seixal.

No passado dia 22 de janeiro foi publicada uma portaria conjunta dos ministérios da saúde e das finanças, a Portaria nº 62/2018. O seu principal objetivo é impulsionar a construção de uma unidade hospitalar pública na área do município de Seixal.

Está assim autorizada a Administração de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo a desenvolver os procedimentos concursais para a conceção do projeto do Hospital de Proximidade do Seixal.



Trata-se de um novo equipamento de saúde que vai aproximar os cuidados diferenciados da população abrangida, desenvolvendo a sua atividade através de consultas externas, cirurgias de ambulatório e meios complementares de diagnóstico e terapêutica diferenciados.

Esta é uma forte aposta na integração dos cuidados e no estabelecimento de parcerias que vai permitir a utilização partilhada entre o ACES Almada - Seixal e o novo hospital, bem como outras instituições/entidades desenvolvendo projetos nas áreas das doenças crónicas e da promoção da vida ativa e do envelhecimento saudável.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 8 de fevereiro de 2018, delibera:

1. Saudar o XXI Governo Constitucional por dar este passo importante na melhoria da resposta às necessidades das populações;
2. Reafirmar a defesa intransigente do Serviço Nacional de Saúde (SNS) que deve ser materializada num reforço dos meios humanos, e das suas condições laborais, numa adequação das infraestruturas colocadas à sua disposição e num aumento gradual da sua eficiência.”

6.2.8 – O Sr. Deputado António Pedro Maco (CDS-PP), para apresentar uma Moção a Condenar a Poluição no Rio Tejo.

Condenar a poluição no Rio Tejo

Sabendo-se que a água é o bem mais essencial e importante para os seres vivos (cerca de 70% do planeta Terra é composto por água), nunca é demais lembrar a importância que a sua preservação e a sua conservação têm nos dias de hoje neste recurso natural que é finito se não for bem cuidado.

A dependência e manuseamento que os seres vivos, em concreto os humanos, têm na sua utilização, não só como fonte de vida e de sobrevivência mas também no seu uso diário desde a agricultura ao consumo doméstico, torna o recurso água, um bem imperativamente a proteger criando todas as condições para que o seu ciclo se faça de uma forma estável e serena.

Todavia, nos últimos anos, e cingindo-se ao Rio Tejo, rio que banha o município de Almada, acarretando como tal todos os benefícios e malefícios a isso subjacente, o mesmo tem sido alvo de vários atentados ao qual deve preocupar toda a comunidade e todos os responsáveis decisórios na tentativa de minimizar e mesmo estancar estas que são verdadeiras externalidades negativas que em muito prejudicam e destroem o meio ambiente.

Assim, tendo em consideração o papel que os recursos hídricos têm no desenvolvimento da produção agrícola, industrial e restante atividade económica, é de fácil perceção que a utilização do bem água, deve ser objeto de políticas protecionistas que possam dirimir os impactos negativos a que o mesmo recurso tem estado sujeito ao longo dos últimos anos.

Apesar do aumento da consciencialização para a sua preservação e para a sua utilização, os níveis de desperdício e os níveis de poluição, mau tratamento e a falta de informação tal como na falta de aplicação



de normas e legislação que protejam o ciclo da água, os abusos persistem de forma reiterada, muitas das vezes sem qualquer responsabilização dos seus autores.

A escassez deste recurso, leva, inevitavelmente, no seu limite, à extinção da humanidade e de toda a vida animal e vegetal ao cimo do planeta.

Posto isto, e tendo em consideração a importância que o Rio Tejo tem para as populações ao longo do seu curso, os mais recentes relatos e confirmações de excesso de agentes poluidores no leito do rio, deve alertar para o facto de se estar em presença de uma notória calamidade e atrocidade à vida humana, animal e vegetal, considerando a importância que a água tem para o planeta.

Confirmado pela APA (Agência Portuguesa do Ambiente), as indústrias (já identificadas) na zona envolvente à maior concentração de poluição, terão sido as (ir)responsáveis pelas descargas de produtos químicos que causaram danos significativos e inconclusivos ao meio ambiente, o que torna esta catástrofe num problema também do concelho de Almada.

Todo o curso do rio pode ter ficado afetado como causa deste verdadeiro crime ambiental sem precedentes e que deve levar a uma tomada de posição enérgica por parte das entidades responsáveis tal como deve levar à total indignação e condenação por parte das populações.

O desastre ecológico pode levar não só a alterações profundas na morfologia do próprio rio, como também, dá origem a concentrações significativas de fósforo acima da média e a uma concentração anormal de carga orgânica, o que em sua consequência, resulta num ambiente propício ao crescimento de bactérias que vão consumir um maior número de oxigénio, acarretando como tal o perigo de morte das várias espécies aquáticas no rio Tejo.

Em suma, a Assembleia Municipal de Almada reunida nos dias 08 e 09 de Fevereiro em reunião extraordinária, na localidade da Charneca da Caparica vem desta forma: manifestar o profundo repúdio e condenar veemente os hediondos atos do ponto de vista ambiental praticados por parte de indústrias sediadas ao longo do rio Tejo, manifestando o profundo pesar por todos os impactos negativos para a vida humana, animal e vegetal, tal como manifestar em simultâneo uma profunda preocupação com os potenciais perigos ecológicos que este desastre pode causar também para o concelho de Almada.

6.2.9 - No debate sobre os documentos apresentados usaram da palavra os seguintes Deputados Municipais António Salgueiro (PSD), António Pedro Maco (CDS-PP); Eva Borges (CDU); Ivan Gonçalves (PS); João Geraldês (CDU); Carlos Guedes (BE) e Marina Lopes (PSD).

6.2.9.1 – O Sr. Deputado Municipal António Salgueiro (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Só para informar que o PSD, votará a favor da moção da CDU sobre a informatização arquivística do arquivo das coletividades centenárias de Almada.



Votaremos igualmente, as duas recomendações do PAN sobre a inclusão das pessoas surdas no acompanhamento e participação dos órgãos autárquicos do Concelho, e sobre redução do uso de água engarrafada, que aliás, o PSD, inclusivamente, defende também o uso de alternativas à louça de plástico descartável, em especial na restauração, mas tendo em conta também os efeitos impactos económicos e sociais.

Votaremos também favoravelmente, a saudação do PS, sobre o futuro Hospital do Seixal, bem como a moção do CDS, de condenação do episódio recente de poluição do Rio Tejo, sublinhando a necessidade de se descobrir e punir nos termos da Lei, os verdadeiros responsáveis de tão hediondo ato.

Relativamente à moção da CDU, sobre a paz e as armas nucleares, votaremos apenas a favor dos pontos um e dois, pelo que solicitamos desde já, a votação ponto por ponto, mas estranhámos o facto da CDU, por um lado, apresentar esta moção, e por outro, não condenar por exemplo as atitudes da Coreia do Norte, que tem levado a efeito, ininterruptamente testes com armas nucleares, pondo em causa a segurança de toda a região da península Coreana.”

6.2.9.2 – O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Para deixar algumas considerações por parte do CDS-PP, relativamente aos documentos aqui apresentados.

O CDS-PP irá votar a favor a moção do PSD, é uma questão que tem vindo a ser falada, por parte da juventude, por parte das organizações de juventude, a necessidade de se implementar na prática o Conselho Municipal de Juventude, e veremos, e esperemos, que com este novo Executivo, efetivamente este mesmo Conselho Municipal de Juventude, que tem sido ao longo dos anos também uma das preocupações por parte da Juventude Popular, e que efetivamente, o mesmo seja aplicado neste mesmo mandato.

No que respeita às moções apresentadas pela CDU.

O CDS-PP irá votar favoravelmente a informatização relativamente às coletividades centenárias do Concelho de Almada, e saudar também, essas mesmas coletividades, e aproveitar também para saudar esta mesma coletividade, onde hoje estamos a realizar esta Assembleia Municipal.

Já no que diz respeito à moção apresentada, “Sim a Paz, não às Armas Nucleares”. Como é evidente, eu penso que todos nós somos favoráveis ao sim à paz e não às armas nucleares. Agora, se nós verificarmos mais aprofundadamente, de onde é que vem este documento, do Conselho Português para a Paz e Cooperação. Se passarmos uns minutos a verificar a génese desta mesma instituição que aqui está, veremos que este documento, pelo menos as declarações que aqui são infundadas, ou por parte deste mesmo Conselho, não passa de um puro cinismo. E, porquê? Já foi aqui relatado também, parece que a Coreia do Norte, não faz testes nucleares. E, não só, se nós olharmos novamente, para o site e para a



página do facebook onde está representado este mesmo Conselho Português para a Paz e Cooperação, vemos taxativamente, o branqueamento que é feito a determinados regimes. Portanto, Senhor Presidente, estas posições sectárias, e dirigistas, não concordamos com elas, somos contra, como é evidente, às armas nucleares, mas a génese que tem este documento, não poderemos votar favoravelmente o seu conteúdo.

Em relação aos dois documentos apresentados por parte do PAN.

Saudar também aqui as preocupações apresentadas por parte do Partido Animais e Natureza, ao qual devemos também, e toda esta Assembleia Municipal deve ser bastante sensível.

Em relação à moção apresentada por parte do Partido Socialista.

Senhor Presidente, o CDS-PP vai votar favoravelmente, agora esperemos, mais uma vez, e depois de tantos adiamentos por parte deste Governo, relativamente à construção do Hospital do Seixal, esperemos que desta vez, vá mesmo para a frente, e vamos ver se realmente vai aproveitar, e descongestionar o Hospital Garcia de Orta, em Almada. Agora, temos algumas dúvidas, relativamente, à funcionalidade do hospital em si, ou pelo menos o nome de um hospital são cerca de setenta camas, com algumas valências, e veremos depois na prática se tem aquela viabilidade que todos esperamos, que é melhorar a saúde neste caso dos habitantes de Almada e do Seixal.”

6.2.9.3 – A Sr^a. Deputada Municipal Eva Borges (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

É indiscutível, que todos aqui presentes e reunidos, defendemos a promoção de uma participação da juventude ativa. Bem como também é certo, por todos, que a Autarquia através da mobilização de um movimento associativo juvenil, consegue fazer um elo de ligação entre os jovens e a vida política do Concelho. No Fórum Municipal da Juventude não existe nenhuma participação duvidosa, pela existência de um regimento que define o seu funcionamento, e a sua constituição. Sendo que, a grande diferença que existe, ao nível do Conselho Municipal de Juventude, e do Fórum, é que ao nível do regimento jurídico do conselho, existe uma cláusula que define que a participação das associações tem que estar obrigatoriamente registada no Registo Nacional de Associações de Jovens. Ora acontece que, em nosso entender, isto vai restringir o debate, e vai diminuir assim o quórum, a discussão e a participação dos jovens, pelo que, existe a grande vantagem do Fórum face a isto. Todavia, a moção que o Partido Social Democrata, que hoje apresenta, uma das condições que abrange na sua parte deliberativa, é a extinção do Fórum. Ora, acontece que, a CDU não se opõe à criação do Conselho Municipal de Juventude, mas defende a manutenção e a existência do Fórum, pelo que, por esta razão, nós não vamos poder acompanhar esta moção.”

6.2.9.4 – O Sr. Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



Senhor Presidente, fazer uma pequena resenha, sobre aquilo é a posição do Partido Socialista, sobre estas moções.

Dizer também, que votaremos favoravelmente quase todas elas, colocando apenas aqui uma ou duas questões, no fundo sinalizar algumas situações que nos parece que são importantes.

Desde logo, e relativamente, àquela que é a intenção anunciada pelos eleitos da CDU de votarem contra a moção pela criação do Conselho Municipal de Juventude e pela extinção do Fórum Municipal de Juventude, parece-nos que não deixa de acompanhar aquela que tem sido a posição que historicamente a CDU tem tido no Concelho de Almada, e também, um pouco por todo o país, parece-nos que não é a posição que melhor defende os interesses dos jovens almadenses, e gostávamos também, como é obvio, de saudar o Partido Social Democrata, pela apresentação desta moção, e também, e em primeiro plano, a Câmara Municipal de Almada, pela inclusão do Conselho Municipal de Juventude, nas Grandes Opções do Plano para o ano de 2018.

Necessariamente votaremos a favor desta moção, porque a constituição deste Conselho Municipal de Juventude, acaba por ser de facto, a concretização de algo que está previsto em Lei há muitos anos, no ordenamento jurídico do nosso país, que sistematicamente o governo autárquico em Almada foi recusando, e que nos parece que é um direito dos jovens e das associações jovens, do nosso Concelho, que possam nele vir a participar. E reduzir aquilo que são as funções do Conselho Municipal de Juventude, a um suposto Fórum Municipal de Juventude não nos parece que seja ilícito. Desde logo, e existe de facto essa questão que apenas as associações que estão inscritas no Regimento Nacional de Associações Juvenis, possam participar no Conselho Municipal de Juventude, mas desde logo, essa é a forma que o Estado tem de reconhecer quais são as associações que existem, ou que não existem, e que estão constituídas no nosso país. Aquilo que a Câmara Municipal deve promover, e que estou certo que este Executivo fará, é a regularização das associações que não estão nessa mesma situação, de forma a que elas possam participar no Conselho Municipal de Juventude, ainda que não seja, de forma nenhuma, proibido que os outros grupos de jovens possam assistir às reuniões ou encontrar-se aqui uma forma que possam também, ter a sua opinião ouvida. Agora, há uma coisa que para nós é importante. É que se eu me juntar com mais dois amigos e que diga que tenho uma associação, que ele não seja considerado da mesma forma que uma associação que está constituída e reconhecida pelo Registo Nacional das Associações Juvenis. Portanto, urge que em Almada se cumpre a Lei, e que se crie o Conselho Municipal de Juventude e, portanto, porque desde logo tem outras competências que o Fórum Municipal de Juventude não tem. Por exemplo, dar parecer sobre o orçamento, e sobre as Grandes Opções do Plano, coisa que nunca foi feito ao longo dos últimos anos aqui em Almada.

Sobre a moção da redução do uso de água engarrafada apresentada pelo PAN. Associamo-nos naturalmente a esta moção, é uma preocupação que temos, a diminuição da utilização de plásticos,



julgamos também, que as nossas reuniões podiam começar por dar esse mesmo exemplo, o Senhor Vereador diz que vão começar, acho uma boa notícia, as reuniões de Câmara têm este princípio, e, portanto, acompanharemos e saudamos o PAN pela proposta que aqui nos traz.

Sobre a moção do não à proliferação das armas nucleares.

Necessariamente, julgo que todos concordamos, ou pelo menos, há um grande consenso, no sentido de que sermos contra a proliferação das armas nucleares, e sermos também, favoráveis à progressiva eliminação. Aquilo com o qual nós não concordamos é com a exigência que existe nesta moção, de que o Estado Português ratifique um acordo que ilegaliza a existência dessas mesmas armas porque, também sabemos, o mundo em que vivemos, sabemos que vivemos num mundo perigoso, em que existem regimes, alguns deles autocráticos, que usam as armas nucleares como forma de ameaça a outros países nas suas redondezas e não só, e, portanto, como também é bastante importante a manutenção da nossa segurança, parece-nos que o caminho deve ser o da eliminação progressiva das armas nucleares, uma absoluta rejeição da proliferação das armas nucleares, no nosso mundo. Agora, não podemos é também passar carta branca a esse tipo de regimes, que acaba por colocar em causa aquela que é a segurança do nosso modo de vida.

Portanto votaremos contra o ponto três e o ponto quatro, desta mesma moção, e votaremos favoravelmente, o ponto um e o ponto dois, sendo que votaremos também favoravelmente todas as outras moções as quais não me referi.”

6.2.9.5 – O Sr. Deputado Municipal João Gerales (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A minha camarada Eva Borges já deu o sentido de voto relativamente a uma das moções, eu vou dar conta das outras que estão em discussão. De qualquer forma, relativamente ao Conselho Municipal de Juventude, a questão não se coloca em estarmos contra a constituição do Conselho Municipal de Juventude, não estamos. O que nós estamos é contra a extinção do Fórum Municipal de Juventude. E acho que um Fórum que existe desde 1997, ainda o Estado e as Leis Portuguesas nem sequer pensavam em Fóruns ou Conselhos Municipais de Juventude, não deve ser extinto, só pelo simples facto de que agora se quer invocar a legislação que existe, e pura, e simplesmente extingue-se uma coisa que existe desde 1997. Nós votaremos contra a moção proposta pelo Partido Social Democrata, pela simples razão que somos contra a extinção do Fórum Municipal de Juventude, e não nos opomos à constituição do Conselho, pensamos que ambas as instituições são possíveis e podem conviver uma com a outra.

Relativamente às outras moções.

Eu começaria por comentar, aquilo que já foi dito relativamente à moção que nós apresentamos e que defendemos sobre as armas nucleares e a defesa da paz. Eu não sei, que moção é que os Senhores Deputados do PSD, PS e do CDS, leram. Seguramente, não foi o texto que nós aqui trouxemos. Porque



não há uma única referência, a qualquer país no texto que aqui trouxemos, nem à Coreia do Norte, nem aos Estados Unidos, nem a qualquer outro país, são nove, que detém armas nucleares. Há aqui uma tomada de posição contra todas as armas nucleares, são quinze mil ogivas, que existem no mundo, e são cinco mil, que estão em prontidão permanente. O que nós aqui propomos é que a Assembleia Municipal de Almada, em defesa da paz, nos termos da Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 7º, defenda a extinção das armas nucleares. Não é a extinção amanhã, mas é a extinção gradual, tal como o Senhor Deputado Ivan Gonçalves aqui disse, a extinção gradual, mas é mesmo a extinção das armas nucleares.

Sobre as outras moções, votaremos favoravelmente todas elas, e deixar uma nota relativamente à proposta que o Partido Socialista aqui nos traz, relativa ao Hospital do Seixal, que aliás, eu prefiro que seja o Hospital no Seixal.

Acompanhamos, naturalmente, a saudação ao avanço deste processo, é aliás, uma reivindicação, e uma luta muito antiga, dos órgãos municipais, e das populações de Almada, em solidariedade, naturalmente, com o Concelho do Seixal. É, aliás, objeto de múltiplas deliberações, neste órgão, e noutros órgãos autárquicos, do Concelho de Almada.

Sublinhamos, no entanto, que o avanço da construção do Hospital no Seixal, não dispensa naturalmente, as obras que estão previstas, e julgo, que até de algum modo em curso no reforço de capacidade de oferta e de atendimento, do Hospital Garcia de Orta, em Almada, porque é absolutamente indispensável, que essas obras avancem, no sentido de melhorar também, a capacidade de oferta, que o Hospital Garcia de Orta, hoje, manifestamente não tem, e que tem que ter.”

6.2.9.6 – O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, irá votar favoravelmente, todas as moções. Assistindo a esta discussão que tem existido em torno da extinção do Fórum Municipal de Juventude, e da criação do Conselho Municipal de Juventude, eu não sei até que ponto, não será possível fazer baixar a moção à Comissão, que não está criada ainda, mas que vai ser criada no final deste mês, para discutir esta questão. Eu percebo a preocupação de uma parte, e percebo perfeitamente as preocupações expressas quer pelo PS, quer pelo, creio que, o CDS-PP.

De qualquer forma, é uma tentativa de gerar um consenso, não muda o nosso sentido de voto, nós votaremos favoravelmente a moção.

Em relação à moção das armas nucleares. Eu compreendo, a preocupação expressa aqui, de estados autocráticos, que possuem armas nucleares, e aquilo que pode acontecer, e as ameaças que representam. Mas, que dizer de estados tão democráticos como os Estados Unidos, ou Israel, na posse de armas nucleares, e aquilo que eles conseguem fazer em relação, a outros países, com a ameaça constante de



intervenção, e tendo em conta até o quadro presente, tendo em conta a pessoa que neste momento, dirige os destinos dos Estados Unidos da América, não percebo, como é que não há preocupação também, relativamente a essa situação. Mas, uma vez mais, nós reforçamos que votaremos favoravelmente todas as moções.”

6.2.9.7 – A Sr.^a Deputada Municipal Marina Lopes (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Senhor Presidente, só para fazer a ressalva em relação à moção apresentada pelo PSD, da nossa parte entendemos que não faz sentido manter uma coisa que não funciona, e por isso mantemos a moção tal como ela está para votação.”

6.2.9.8 - Usou ainda da Palavra a Senhora Presidente da Câmara.

A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Queria só deixar uma palavrinha, relativamente a esta moção da informatização arquivística da parte histórica do arquivo das coletividades centenárias do Concelho de Almada, e dizer que de facto, também consideramos que este foi um trabalho importante. Mas também, não posso deixar de dizer, e lamentar de facto, a pessoa que estava à frente deste projeto está de baixa, ainda não fizemos essa entrega, mas terei todo o gosto que o façamos, no mais breve curto espaço de tempo possível. Mas, também, não posso deixar de lamentar, de alguma forma, como este processo foi conduzido, que do nosso ponto de vista não foi suficientemente longe. Porque não basta fazer a digitalização, e lamento que antecipadamente não tenha sido feito junto das coletividades, justamente a formação necessária, para também saberem como tirar o melhor partido dos seus arquivos.

Neste momento, nem sei muito bem, vamos entregar uma digitalização, mas também não há nenhum tipo de apoio, para poderem usar esse arquivo da melhor forma. Como também, soube que não houve qualquer tipo de formação, para poderem fazer a distinção e o trabalho arquivístico, antecipadamente à digitalização. Nem tudo mantém igual valor, tudo são recordações, nós sabemos que há valores históricos, e há valores emocionais, e todos eles têm o seu valor. Mas, o trabalho arquivístico, é um trabalho muito especial, e para as coletividades poderem justamente tirar o melhor partido desta digitalização, e deixem-me vos dizer que foi um imenso investimento da Câmara, cujos montantes globais, consideramos que parte poderia ter sido justamente dirigido, para um maior apoio às coletividades, para tirarem um maior proveito desta digitalização. De qualquer maneira o compromisso está assumido, e agora, o que é preciso, e contem connosco, justamente para que, neste momento, o trabalho que infelizmente não foi feito antes possa ser feito agora. Porque não basta dar um ficheiro digitalizado, é preciso também que as coletividades, possam tirar o melhor partido. E, estou certa, que ninguém vai conseguir pôr na internet, tudo o que está digitalizado. Há todo um trabalho que devia ter sido feito previamente, com redução de



custos também para o Município. Eu quero deixar isto muito claro, mas que contem à mesma conosco para vos ajudar agora, para tirarem um maior partido possível, e para poderem partilhar da melhor forma possível este arquivo, que é, sem dúvida nenhuma, muito importante para a história das coletividades, mas também para a história de todo o Concelho, e também, para a história de Portugal, porque a nossa história comum, também se faz por estas pequenas histórias.”

6.2.10 - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação dos documentos apresentados, tendo-se registado as seguintes votações:

6.2.10.1 – Moção sobre Conselho Municipal Juventude, aprovada com 24 votos a favor dos eleitos do PS, PSD, BE, PAN e CDS-PP, incluindo os Sr.s Presidentes de Junta eleitos pelo PS, e 14 votos contra dos eleitos da CDU, incluindo os Sr. Presidentes de Junta eleitos por esta força política;

6.2.10.2 - Moção/Deliberação sobre Arquivos Históricos Associativos, aprovada por unanimidade;

6.2.10.3 – Moção/Deliberação sobre a Paz e a Recusa das Armas Nucleares, votada ponto por ponto, tendo os pontos 1 e 2 sido aprovados por unanimidade e os pontos 3 e 4 rejeitados com 19 votos contra, dos eleitos do PS, PSD e CDS-PP, incluindo os Presidentes de Junta Eleitos pelo PS, e 19 votos a favor, dos eleitos da CDU, BE e PAN, incluindo os Presidentes de Junta da CDU. O Presidente da Assembleia Municipal usou o voto de qualidade, pela rejeição do documento;

6.2.10.4 - A Recomendação sobre A Não Exclusão das Pessoas Surdas da Vida Democrática dos Órgãos Autárquicos, aprovada por unanimidade;

6.2.10.5 - A Recomendação Pela Redução do Uso de Água Engarrafada, aprovada por unanimidade;

6.2.10.6 – O Voto de Saudação ao Governo pela Disponibilização de Verbas para a Construção do Hospital do Seixal, aprovado por unanimidade;

6.2.10.7 – A Moção a Condenar a Poluição no Rio Tejo, aprovada por unanimidade.

7 – Sendo 00 horas e 30 minutos, deu-se por concluída a 1ª reunião da Sessão Extraordinária de Fevereiro, sendo os trabalhos retomados no dia seguinte, pelas 21 horas e 15 minutos.

8 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião da Presidente da Câmara Municipal, Senhora Inês de Medeiros e dos Vereadores Senhores/as Francisca Parreira, João Couvaneiro, Teodolinda Silveira, Nuno Matias, Miguel Salvado, Joaquim Judas, José Gonçalves, Rui Jorge Martins e Joana Mortágua.

9 - Foi verificada a presença na Reunião do Jornalista, Senhor Miguel Ribeiro do Boletim Municipal DIRP – CMA, dos operadores de câmara da TV Almada e de cerca de 160 Srs. Múncipes.



MUNICIPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

10 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE *J. A.*

O 1º SECRETÁRIO *Paulo Sérgio*

A 2ª SECRETÁRIA *Ana Paula Silva*